



Relatório de Estágio Mestrado em Gestão



Instrumentos de Cooperação Comunitária

—

O Caso do 7º Programa-Quadro

Ricardo Augusto Rosa Vilhena Henriques
Coimbra 2010

Relatório de Estágio

Apresentação à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Orientador Académico: Professora Doutora Margarida Mano

Orientadora na DRI: Dra. Filomena Marques de Carvalho

Estágio realizado na DRI UC – Divisão de Relações Internacionais da Universidade de
Coimbra

Ricardo Augusto Rosa Vilhena Henriques

“Coming together is a beginning. Keeping together is progress. Working together is success.”

(Henry Ford)

“If you want to be incrementally better: Be competitive. If you want to be exponentially better: Be cooperative.”

(John Ruskin)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar as primeiras palavras deste relatório a todas as pessoas que me acompanham, não só nesta fase da minha vida, mas ao longo de todo o percurso de aprendizagem contínua e na “construção” da pessoa que sou hoje.

Em primeiro lugar, agradecer aos meus pais pela paciência, carinho, dedicação e apoio em toda a trajectória da minha vida e por sempre acreditarem em mim. Um agradecimento também à minha irmã que sempre me apoiou e me encorajou ao longo desta caminhada. Obrigado a todos vocês pelo ambiente que me proporcionaram e pelo constante apoio na ultrapassagem das adversidades que encontrei. ADORO-VOS!

Depois à Professora Doutora Margarida Mano, pela supervisão, compreensão e conselhos, enquanto minha orientadora de estágio. Obrigado pelo apoio e motivação que transmitiu no desenvolvimento deste relatório.

Em seguida agradeço à Divisão de Relações Internacionais (DRI) pela confiança e incondicional o apoio prestados desde o início. Em especial à Dra. Filomena Marques de Carvalho, por este convite e oportunidade de aprendizagem, bem como por todo o apoio que recebi. À D. Lucília Ferreira, pela paciência e acompanhamento directo das minhas acções e aos restantes colegas que me receberam no seu seio e permitiram uma fácil adaptação, graças ao ambiente salutar de amizade e companheirismo existente. Um muito obrigado a todos.

Por fim, mas não menos importante, a todos os meus amigos. Obrigado por me acompanharem e estarem sempre do meu lado, quer nos bons momentos, quer nos menos bons. O meu reconhecimento pela boa disposição e força que me transmitiram para passar as dificuldades e ajudarem-me a ser o que sou.

Gostaria de deixar, também, uma palavra de apreço a uma pessoa muito especial que me acompanhou nos últimos quatro anos. Obrigado pelos momentos passados e por me fazeres crescer como pessoa.

A TODOS, O MEU MUITO OBRIGADO!!

RESUMO

O presente relatório visa retratar o trabalho efectuado no âmbito do estágio curricular. O estágio teve lugar na Divisão de Relações Internacionais (DRI) da Universidade de Coimbra (UC) e está inserido no plano de estudos do Mestrado de Gestão da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Antes de serem abordadas as tarefas e actividades desenvolvidas no decorrer do estágio pretende-se abordar o tema “Cooperação/Ajuda Pública”, uma vez que a principal função, enquanto estagiário, consistiu no planeamento e orçamentação de Projectos/Programas de Estudo e Investigação financiados pela Comissão Europeia (CE) e pela Agência Nacional (AN).

O conceito de Cooperação é por vezes mal interpretado, pelo que a vertente teórica pretende reflectir acerca deste tema e quão importante ele é para o desenvolvimento de certos países. O 7º Programa-Quadro (7ºPQ) também é abordado, visto ser um Programa que tem como objectivo o investimento na investigação de forma a permitir que a Europa se torne num centro de investigação e num continente com um desenvolvimento sustentável.

A missão, objectivos, estratégias, procedimentos e métodos de trabalho na DRI serão adiante abordados, mais concretamente as tarefas que se enquadram no trabalho por mim desenvolvido ao longo destes seis meses de aprendizagem contínua.

ABSTRACT

This report aims to "portray" the work carried out under the traineeship. The internship took place in the International Relation Office of University of Coimbra and is inserted in the syllabus of the Master of Management at the Economy Faculty of University of Coimbra. Before the approach of the tasks and activities developed during the internship, the concept of "Cooperation / ODA" will be discussed, since the main function as an intern was the planning and budgeting of projects / programs of study and research funded by the Commission European and National Agency.

The concept of cooperation is sometimes misunderstood, so the theory part of this report will reflect on this theme and how it is important for the development of certain countries. The 7th Framework Programme it will also be discussed, because it is a program that aims at investing in research to enable Europe to become a research centre and a continent with sustainable development.

The mission, goals, strategies, procedures and working methods in the DRI will be addressed more specifically the tasks that fall within the work developed by me during these six months of progressive learning.

LISTA DE ABREVIATURAS

- 7ºPQ** – Sétimo Programa-Quadro
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ACGP – Apoio a Candidaturas e Gestão de Projectos
BAPE – Bolívia, Argentina Peru and Europe
BM – Banco Mundial
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CE – Comissão Europeia
CEI – Centro Europeu de Investigação
CORDIS – Community Research and Development Information Service
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DRI – Divisão de Relações Internacionais
EADIC – Europe-Argentine for Development, Innovation and Change
ECW – External Cooperation Window
EM – Erasmus Mundus
UE – União Europeia
FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FMI – Fundo de Investimento Internacional
GCUB – Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras
I&D – Investigação e Desenvolvimento
III-UC - Instituto de Investigação Interdisciplinar
ISAC – Improving Skills Across Continents
KT – Knowledge Tree
MONESIA - Mobility Network Europe-Southamerica: an Institutional Approach
NOEI – Nova Ordem Económica Internacional
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Europeu
OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica
ONU – Organização das Nações Unidas
PD – Países Desenvolvidos
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PVD - Países em Vias de Desenvolvimento
RI – Relatório Intercalar
SYLFF – Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UC – Universidade de Coimbra

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS	6
I - INTRODUÇÃO	8
II – INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA	10
Ajuda Pública ao Desenvolvimento/Cooperação	10
Cooperação Europeia e os Programas-Quadro	12
Impacto dos Programas-Quadro	14
7ª Programa-Quadro	15
Potencialidades e Características	15
Principais Programas	16
Cooperação	17
Ideias	19
Pessoas	20
Capacidades	22
Investigação da Energia Nuclear (programa Euratom)	22
Como se candidatar	22
Tipos de Projectos	23
Condições de Financiamento	24
O 7º Programa-Quadro na UC	25
III – APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	26
Universidade de Coimbra	26
Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra	30
IV – O ESTÁGIO	37
V – ANÁLISE CRÍTICA/CONCLUSÃO	50
BIBLIOGRAFIA	53
ÍNDICE DE FIGURAS	54
FLUXOGRAMAS	54
ANEXOS	55

I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho é desenvolvido no seguimento da disciplina “Estágio Curricular”. Esta visa proporcionar aos estudantes um primeiro contacto com o mundo do trabalho, fazendo uso de toda a aprendizagem e conhecimentos adquiridos no decorrer do curso (no meu caso Gestão). Serve também para que se possa aperfeiçoar as técnicas e métodos utilizados em todos os anos de estudo, bem como para aumentar o sentido de responsabilidade e a aquisição de novas competências.

A realização do estágio teve ainda como finalidade a conclusão do Mestrado em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra ou, utilizando o termo após a implementação da reforma conhecida por Processo de Bolonha, “2º Ciclo do Processo de Bologna”.

Recém regressado a Portugal, depois de cumprido um semestre de estudos no âmbito do Programa Erasmus, a minha candidatura a uma entrevista para a realização de um estágio na DRI seria, posteriormente aceite. Efectuado o processo de selecção de candidatos, foi com muito orgulho que soube ter sido um dos escolhidos para poder trabalhar na grande instituição de ensino que é a Universidade de Coimbra (UC), mais propriamente, para estagiar na DRI.

O relatório elaborado tem por fim, não só reflectir sobre todas as actividades desenvolvidas no decorrer do estágio, mas também apresentar um enquadramento teórico dessas mesmas actividades. O tema abordado será o “*Sétimo Programa-Quadro*”, visto tratar-se de um programa apoiado em investimentos/co-financiamento vindos da Comissão Europeia (CE) que visa aumentar a competitividade e grau de excelência da investigação e dos investigadores na Europa.

A escolha deste tema deve-se ao facto de, enquanto como estagiário na DRI, concretamente na área financeira, lidar com situações de planeamento, orçamentação e coordenação de várias actividades desta divisão, no sentido de otimizar o aproveitamento e distribuição de todos os recursos financeiros recebidos por esta Instituição.

No desenrolar deste relatório serão apresentados seis capítulos, tendo o primeiro e presente Capítulo um cariz introdutório, que passo de seguida e, resumidamente, a abordar:

Capítulo II – Instrumentos de Cooperação Comunitária – Abordagem e desenvolvimento de assuntos relacionados com as tarefas/actividades desenvolvidas no estágio. O caso exposto neste capítulo é o 7º PQ, com uma breve história acerca da ajuda pública ao desenvolvimento.

Capítulo III – Apresentação da Entidade de Acolhimento – Breve apresentação da UC e da competente DRI. Serão abordados a sua missão, objectivos, valores, competências, actividades desenvolvidas e principais parceiros.

Capítulo IV – O Estágio – Descrição das tarefas desenvolvidas durante o período de estágio. Será também feita uma análise crítica ao estágio realizado, bem como um balanço final acerca do mesmo.

Capítulo V – Conclusão – expostas as considerações finais sobre o estágio.

Estes seis meses de estágio foram envolvidos, em grande parte, por uma componente prática, visto que as tarefas a desenvolver estavam relacionadas com a planificação, orçamentação e controlo de programas de mobilidade (em termos financeiros). No entanto e com o desenvolvimento do presente relatório e certas tarefas específicas realizadas na DRI, existiu também uma componente teórica, que combinadas contribuiriam para me fazer crescer a nível pessoal e profissional.

II - INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA

Ajuda Pública ao Desenvolvimento/Cooperação

Mesmo fazendo parte da dinâmica económica e social do Mundo actual, a definição de cooperação não é fácil. Tal como Maria Afonso (1995:13), podemos abordar este conceito como a *“transferência de recursos entre países através de empréstimos e donativos”*. Esta permite ou tenta facilitar a *“criação de mecanismos e estabelecimento de laços de solidariedade”*, na tentativa de esbater o fosso entre os Países Desenvolvidos (PD) e os Países em Vias de desenvolvimento (PVD).

No entanto a definição de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) foi sofrendo várias mutações até que o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) definiu-a (Ramiro Monteiro, 2001:63] como *“um conjunto de recursos humanos, financeiros e materiais que, sob a forma de donativos ou empréstimos, são transferidos para os PVD directamente pelos organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através de vários organismos multilaterais financiados pelos países doadores (Bancos regionais, organismos das Nações Unidas e ainda da Comissão Europeia)”*. Apesar de o conceito de cooperação ter um carácter de ajuda e solidariedade, muitas das vezes este pressuposto não se concretiza, por via de uma sobreposição de interesses entre as partes envolvidas.

O termo APD é normalmente o mais utilizado quando o tema é as relações internacionais (entre Estados) de cooperação. Esta é a expressão usada quando se fala da transferência de recursos entre os PD e os PVD, feita quer através de meios públicos quer pelos Estados, tendo que preencher dois requisitos para que se possa considerar como tal (Maria Afonso, 1995:21):

- Ser feita por agências oficiais;
- Ser fornecida com o objectivo principal de favorecer o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida nos PVD.

Também se incluem na APD os donativos em equipamentos, os empréstimos em condições mais favoráveis e ainda a ajudar alimentar e a cooperação técnica.

Um dos primeiros exemplos da Ajuda/Cooperação Internacional foi o Plano Marshall, (1947) que se centrava na ajuda dos Estados Unidos da América na reconstrução dos países europeus afectados pela Guerra.

No entanto somente na década de 60 as atenções viraram-se para os PVD, altura em que é criada a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), substituindo a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). Posteriormente é criado o CAD, tendo como tarefa a coordenação e uma melhor eficácia na ajuda prestada aos Estados-Membros. Proclamada com a primeira Década do Desenvolvimento, viu os seus objectivos não serem cumpridos, passando-se de uma fase de euforia a um agravamento nas condições económicas e sociais dos Estados.

No decorrer da década de 70, os países do Sul apelam a uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), tendo em mente a cooperação Sul-Sul o que permitiria um desenvolvimento aut centrado, enquanto se protegiam mutuamente, fazendo uso dos recursos próprios para satisfazerem as suas necessidades primárias.

O resultado obtido não foi, no entanto, o esperado e as disparidades entre os PD e os PVD aumentavam em vez de diminuírem.

O balanço é desolador no início dos anos 80. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece a terceira Década do Desenvolvimento, visando a estabilização financeira e estrutural dos PVD, visto que as razões apontadas para o insucesso da Ajuda eram causas internas (dos países receptores) e não externas. Surge assim a criação de uma nova linha de pensamento e reorientação da política da ajuda, nas quais a política interna é decisiva no processo de desenvolvimento. Porém os programas apoiados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo de Investimento Internacional (FMI) não resultam e as disparidades entre os PD e os PVD aprofundam-se, tendo a década de 80, citando Maria Afonso (1995:28), sido considerada como *“perdida para o desenvolvimento”*.

Apesar de ter triplicado desde a década de 60 até aos dias que correm, o volume da APD ainda não é suficiente. As razões para tal insucesso devem-se à complexidade das relações que nascem com a cooperação. Esta (cooperação) deveria ter como pressupostos ou caracterizar-se por ser não competitiva e não conflitual, mas sim voluntária. No entanto não é isso que, normalmente, se passa no terreno, tornando-se as relações, entre as entidades envolvidas, competitivas, concorrenciais e até antagónicas. Apesar da reconhecida importância da cooperação, há ainda poucos países que criam políticas de cooperação e têm verdadeiras instituições governamentais direccionadas para esse fim. Esta lacuna é preenchida pela ONU, que é vista como uma referência em áreas como a educação, informação e elaboração de programas de cooperação.

As acções levadas a cabo no sentido da APD saíram um pouco goradas e é cada vez mais notório que só através da cooperação internacional poderá criar-se uma verdadeira sociedade internacional, onde a partilha de recursos e valores seja uma constante e feita em prol de

todos os intervenientes. Dai a importância da cooperação internacional, que deverá estar segura por três alicerces determinantes: cooperação entre países do Norte; cooperação entre países do Sul e cooperação entre Norte-Sul.

A ajuda não traz (ou tenta trazer) só benefícios ao desenvolvimento dos povos. Há também riscos e consequências maléficas, como a dependência económica e política do país receptor e por vezes, quando mal coordenada e gerida, o fomento de regimes corruptos. Sem um acompanhamento honesto e o respeito pelos compromissos assumidos aquando dos acordos de ajuda, esta, por si só, nada pode resolver. Tibor Mende (1972) assemelha-a a uma alcachofra: quando esta *“está em flor é bastante agradável pela forma e pela cor, mas com o tempo torna-se numa planta que pica e de que só uma pequena parte é comestível”*. O mesmo passa-se com a cooperação (ajuda) que, inicialmente, é concebida com as melhores intenções e ideias e no entanto acaba por dissolver-se em proveito de alguns e de algumas situações.

Cooperação Europeia e os Programas-Quadro

Servindo de base e sendo um dos principais instrumentos da política de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico na UE, os programas-quadro definem prioridades, objectivos e disponibilidade financeira para um longo período de tempo. Este tipo de Programas é financiado pela CE e encoraja a investigação em território Europeu. Como o próprio nome indica, o objectivo é coordenar numa única estrutura/quadro as actividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Ao longo dos tempos os Programas-Quadro tem aumentado o seu orçamento, redefinido os seus objectivos e expandido o seu campo de actuação (extensão das actividades nas áreas científica e tecnológica) e ainda introduzido novos métodos de intervenção e apoio financeiro. Com este tipo de Programas a UE pretende ajudar os intervenientes na investigação a comunicarem de forma mais eficaz e a melhorar coordenação das suas actividades na Europa.

Traçando um perfil cronológico da evolução dos Programas –Quadro:

- Representando uma pequena fracção do investimento público total na área da Investigação na Europa, o 1º Programa-Quadro (PQ) teve um período de três anos (1984-1987) e um orçamento de aproximadamente três biliões de euros;
- O 2º PQ teve um orçamento de cerca de 5 biliões de euros e actuou durante o período de 1987-1990. Teve no desenvolvimento de tecnologias (tecnologias da informação e electrónica) o seu grande objectivo;

- Em 1991 surge o 3º PQ, com o intuito de incentivar a indústria europeia a tornar-se mais competitiva a nível internacional, através do fortalecimento das bases científicas e tecnológicas. As actividades passavam pela gestão de recursos naturais (ambiente, energia, etc) e intelectuais (capital humano) e acções de divulgação e exploração dos conhecimentos adquiridos durante os programas específicos. O orçamento foi estimado em 7 biliões de euros e teve um período de três anos (até 1994);
- O 4º PQ cobriu todas as actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico e cifrou o seu orçamento nos 13 biliões de euros. As actividades abordadas centravam-se na pesquisa/investigação, cooperação com países terceiros, disseminação e valorização dos resultados e apoio à formação e mobilidade dos investigadores. O seu período de actuação foi entre os anos de 1994 e 1998.
- Durante os anos de 1998-2002 esteve em acção o 5º PQ, apresentando duas partes distintas. Uma abrangia os programas de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração das actividades e uma segunda que cobria a investigação e actividades no sector nuclear (EURATOM). Composto por sete programas específicos, dos quais quatro eram temáticos (gestão dos recursos, criar uma sociedade da informação convivial, promover um crescimento competitivo e sustentável e energia, ambiente e o seu desenvolvimento sustentável) e três eram programas horizontais (promoção da inovação e incentivo à participação das pequenas e médias empresas, melhorar o potencial humano na área da investigação e o seu conhecimento socioeconómico e importância da comunidade de investigação) que apoiavam e complementavam os programas temáticos, indo ao encontro das necessidades básicas e comuns de todas as áreas de investigação. Foi desenvolvido para fazer face aos desafios socioeconómicos que a UE enfrentava. O seu orçamento foi fixado em 15 biliões de euros;
- O 6º PQ cobriu as áreas comunitárias nos domínios da investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, durante o período de 2002 a 2006, com um orçamento de 18 biliões de euros. O programa contemplava dois objectivos estratégicos: reforçar e aumentar o potencial da indústria científica e tecnológica e incentivar a sua competitividade internacional. Ao mesmo tempo, este programa permitiu que organizações de países terceiros fossem também financiadas pelos programas comunitários. O 6º PQ investiu nas áreas em que a UE se pretendia tornar a mais dinâmica e competitiva indústria no Mundo, com um desenvolvimento sustentável e maior coesão social;

- No ano de 2007 surge o 7º PQ, que será abordado, no decurso deste capítulo, de forma mais pormenorizada.

Impacto dos Programas-Quadro

Quando abordamos temas como as ajudas/financiamentos dos programas comunitários da UE, temos a noção (ou temos a expectativa) de que somente poderão participar as empresas pertencentes à elite da inovação na Europa. Esperamos que elas superem a média do seu sector de actividade, que possam ser experientes na área de Investigação e Desenvolvimento (I&D) tenham estratégias orientadas para a internacionalização e deste modo tenham maiores probabilidades de estarem envolvidas em PQ. Apesar de as pequenas empresas terem a vantagem de curtas linhas de comunicação, grande flexibilidade e pouca burocracia, elas continuam a ter um problema crónico que é a falta de recursos (humano, de capital, de conhecimento) e falta de economias de escala.

Cada vez mais, as grandes empresas têm a tendência para obterem o poder e monopólio do mercado, gerando assim avultados lucros que ajudam a desenvolver e lançar produtos de risco e financiar a investigação e desenvolvimento por largos períodos.

Existem boas razões para que inovação nos “inputs” possa ter mais sucesso nas empresas que participem em PQ ou colaboram com outras empresas na área da I&D, entre as quais está a partilha do risco, o uso de conhecimento complementar e a possibilidade de deterem o padrão dominante no mercado. Contudo, também existem desvantagens, pois a gestão e coordenação consomem tempo e esforços, a colaboração a nível internacional tem efeitos negativos na eficiência devido à distância e diferenças culturais e os esforços complementares na protecção da propriedade intelectual (aquisição de patentes) para combater comportamentos oportunistas dos seus parceiros.

Na interpretação dos resultados deve-se ter em conta o impacto da participação nos PQ pois este é diferente das pequenas para as grandes empresas. Isto porque nas pequenas empresas o impacto da participação em tais Programas tende a ser maior, visto que a “ajuda” dada pelo subsidio na área da I&D relativamente ao total disponível para investir nessa mesma área é maior entre as pequenas empresas, ao passo que nas grandes empresas (e uma vez que esta podem possuir mais que um projecto na área de I&D), a percentagem total do montante subsidiado em relação ao montante total disponível para a área da investigação é menor.

Em suma, a participação das pequenas empresas nos PQ leva a um maior e significativo aumento das actividades de I&D, enquanto que o impacto participação, neste tipo de programas comunitários, pelas médias e grandes empresas não é tão significativo.

7^o Programa-Quadro

Potencialidades e Características

Os PQ detêm o protagonismo nas actividades de cooperação e investigação na Europa e também em outras partes do Mundo, desde o seu lançamento em 1984. O 7^oPQ, aprovado pela Decisão nº 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro (Jornal Oficial da União Europeia, 2006), dá a esta missão uma visão mais abrangente que os anteriores.

O 7^oPQ agrupa todas as iniciativas comunitárias relativas à investigação, desempenhando um papel essencial na prossecução dos objectivos de crescimento, competitividade e emprego. O programa co-financia projectos que assentam na investigação e no desenvolvimento tecnológico e é o principal instrumento financeiro da União Europeia. O 7^oPQ terá a duração de sete anos, contando a partir de 1 de Janeiro de 2007.

A Comissão propõe um orçamento de 50.521 milhões de euros para o período em causa, o que em média representa 7.217 milhões de euros/ano. Este montante é superior ao orçamento anual do 6.^o Programa-Quadro que teve um montante médio anual de 4.375 milhões de euros.

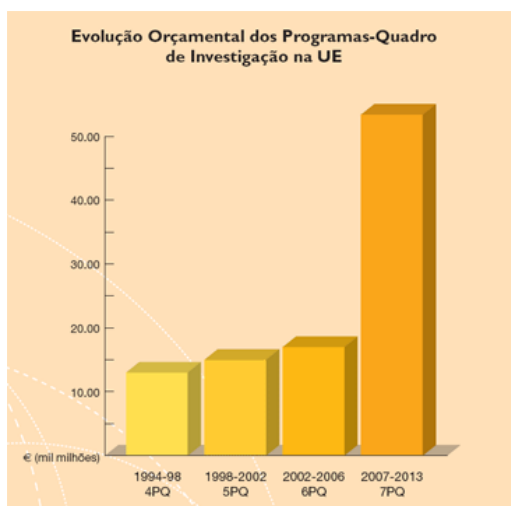


Figura 1

Fonte: http://ec.europa.eu/research/leaflets/fp7/images/graph1_pt.gif

O objectivo do programa é a criação de um “mercado comum” de investigação através de parcerias com os estabelecimentos dos Estados elegíveis ao programa, contribuindo para que a UE se torne, assim, no maior e mais importante espaço de investigação do mundo. O programa pretende também reforçar o crescimento e o emprego da UE numa economia globalizada.

A principal característica deste programa é a sua dimensão europeia, uma vez que os projectos e investigações devem ser transnacionais, “ligando” diferentes Estados Membros e Países associados.

O 7º PQ retém vários elementos que demonstraram um efeito positivo na investigação na Europa nos programas de anos anteriores. A alteração do período de vigência (de quatro para sete anos) mostra a vontade de agir por um tempo mais duradouro, com vista a dinamizar a investigação europeia.

De forma a tirar o que de melhor o programa tem para oferecer, foram introduzidas novas medidas, sendo que as principais inovações foram:

- Simplificar os processos de participação no 7º PQ;
- Reforçar a cooperação entre indústrias, levada a cabo sob a forma de “iniciativas tecnológicas conjuntas”;
- Facilitar a acessibilidade das entidades participantes a empréstimos do Banco Europeu de Investimento através da criação de um “Mecanismo Financeiro de Partilha de Riscos”.

Da mesma forma que aconteceu em Programas anteriores (no 6º PQ) existem domínios da investigação que não tem “direito” a serem financiados, tais como:

- As actividades que visem a clonagem humana com fins reprodutivos;
- Investigações susceptíveis de modificar a genética dos seres humanos, tornando essas alterações hereditárias.

Principais Programas

O 7ºPQ é constituído por quatro blocos principais de actividades - Cooperação, Ideias, Pessoas e Capacidades - acrescidos de mais dois programas, um associado à investigação na área da energia nuclear - *Euratom* – e um outro destinado a actividades de investigação não nucleares – *Joint Research Centre* (JRC). No gráfico abaixo podemos ver o valor orçamentado para cada bloco, seguindo-se uma breve abordagem a cada um deles:

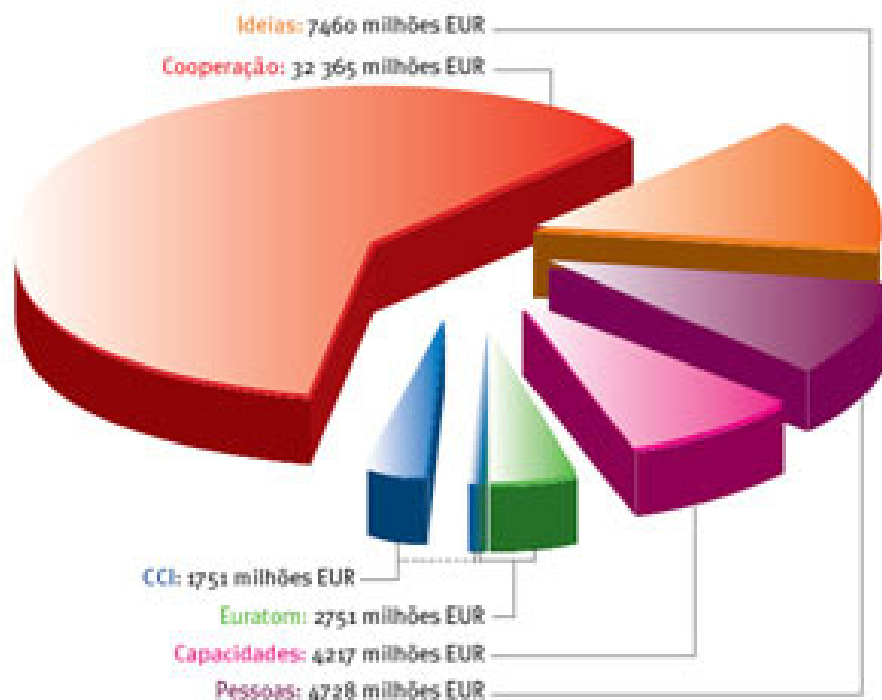


Figura 2

Fonte: http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/science_and_tech/images/CustosFP7.jpg

• **Cooperação** – Com um orçamento bolo de 32.365 Milhões de Euros, para financiar os seus sub-programas, este programa específico visa apoiar a cooperação entre indústrias, universidades, centros de investigação e poderes públicos, tanto na UE como a nível internacional. O programa pretende, assim, reforçar a cooperação entre os vários actores do mundo da investigação, de modo a dar uma resposta mais eficaz aos desafios sociais, económicos, industriais e ambientais.

De modo a reforçar a competitividade da UE nos domínios científico e tecnológico, este programa específico tem como “finalidade” a realização de vários objectivos, entre os quais:

- Promoção da investigação, de um modo sustentável, ao nível de excelência mais elevado;
- Desenvolvimento de tecnologias através de iniciativas tecnológicas conjuntas (parcerias entre os sectores público e privado);
- Desenvolvimento de respostas adequadas para fazer frente às necessidades políticas imprevistas e emergentes.

Neste sentido, este programa específico permite uma melhor cooperação das políticas nacionais, bem como a criação de equipas pan-europeias que reforçam a integração da investigação e o desenvolvimento a nível europeu.

A fim de acompanhar a evolução do programa, foram previstos três indicadores de desempenho:

- ❖ indicadores quantitativos e qualitativos
- ❖ indicadores de gestão
- ❖ indicadores de resultados.

O programa “*cooperação*” compreende nove temas que dizem respeito aos domínios a nível do conhecimento e da tecnologia, nos quais a cooperação deve ser apoiada a fim de responder aos desafios económicos, sociais, industriais e ambientais. Os nove temas são os referidos, com uma breve abordagem, em seguida:

Saúde – O objectivo é melhorar as condições de saúde e reforçar a competitividade das indústrias e empresas activas no sector, através do desenvolvimento de ferramentas genéricas e tecnológicas ao serviço da saúde, do reforço da investigação e da optimização dos cuidados de saúde.

Alimentação, Agricultura e Biotecnologias - Desenvolver produtos e serviços mais seguros e, ecologicamente, viáveis, inovando o conhecimento nas áreas de gestão e produção, fazendo uso (sustentável) dos recursos biológicos.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – As TIC estimulam a inovação, criatividade e competitividade ao nível de todos os sectores de serviços e industriais. O 7º PQ apoia este crescimento, financiando a investigação e inovação que possibilitem a geração de novas tecnologias.

Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e Novas Tecnologias de Produção - Novas soluções que podem melhorar o desempenho do sector produtivo. A possibilidade de concepção de novos processos podem levar a uma redução de emissões de gases poluidores, tornando mais racional o uso dos recursos naturais. As inovações criadas nos produtos poderão levar à criação de artigos mais fiáveis, indo cada vez mais ao encontro das necessidades da sociedade.

Energia – Identificação e desenvolvimento de soluções adequadas e oportunas, devido aos grandes desafios que o sistema de energia enfrenta, bem como da natureza finita das actuais fontes de energia (crude e gás natural).

Ambiente – As crescentes pressões (humanas e naturais) sobre o ambiente, requerem hoje em dia uma abordagem mais coordenada ao nível internacional. É necessário lidar de forma mais consciente com questões ambientais, tais como a mudança climática e identificar possíveis tecnologias/soluções, ecologicamente mais viáveis e capazes de promover uma maior e melhor gestão dos recursos naturais.

Transporte – Apesar de se apresentarem como um ponto forte da Europa (com a sua contribuição para o PIB da UE e criação de postos de trabalho) é também causador de emissões de CO₂. Urge a necessidade de desenvolver novas redes e infra-estruturas, economicamente, viáveis (automóvel ecológico e seguro).

Ciências Socioeconómicas e Ciências Humanas – Melhor compreensão e abordagem aos desafios sócio-económicos que a Europa enfrenta. Serão abordados temas como a educação e emprego, diversidade cultural e as constantes alterações demográficas. Os temas examinados terão de ser de elevada importância e prioridade a nível europeu, sendo que o objectivo é compreender melhor temas complexos.

Espaço – Investimento na exploração espacial através de missões economicamente viáveis e apoiadas em iniciativas de colaboração com a Agência Espacial Europeia.

Segurança – É uma condição necessária à prosperidade e liberdade. Este tema pretende desenvolver uma estratégia de segurança abrangente, (investimento em tecnologias que possam proteger a Europa de ameaças como o terrorismo, catástrofes naturais e criminalidade), respeitando ao mesmo tempo a privacidade e os direitos fundamentais dos cidadãos.

• **Ideias** – Orçamentado em 7.460 Milhões de Euros, o programa pretende apoiar a investigação nas fronteiras do conhecimento, ou seja, descobrir novos conhecimentos, capazes de alterar a nossa visão e modo de vida para com o mundo. O reforço da excelência da investigação europeia constitui o objectivo fundamental deste programa específico, favorecendo a concorrência e a aceitação de riscos.

Implementado pelo Centro Europeu de Investigação (CEI), o programa “Ideias” pretende reforçar a competitividade europeia através de práticas que possam atrair e fixar os mais talentosos cientistas, apoiando uma investigação de maior impacto e promovendo investigações em áreas emergentes.

Assim a Europa em geral e os países que estejam na vanguarda da investigação poderão proporcionar aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida, sem alterar a sua posição económica e progredindo na sua competitividade global. Serão financiados programas de investigação de ponta, ocupando os investigadores de top a melhor posição, de forma a poderem identificar oportunidades e dar um rumo ao conhecimento na investigação. O objectivo é que estas oportunidades, que poderão ser criadas/identificadas, se reflectam na sociedade, abrindo a porta a novas indústrias e mercados, traduzindo-se nas inovações sociais do futuro.

- **Pessoas** – Com um orçamento disponível, que se cifra nos 4.728 Milhões de Euros, trata-se de um programa específico que, essencialmente, visa melhorar as perspectivas dos investigadores, apoiando a mobilidade e o desenvolvimento das carreiras dos investigadores, quer dentro quer fora da Europa. Os investigadores europeus deverão ser encorajados a permanecer na Europa, ao mesmo tempo que os melhores investigadores do mundo devem ser atraídos pela excelência da investigação e infra-estruturas europeias. São privilegiados aspectos como o co-financiamento de programas internacionais, nacionais e regionais que geram vantagens à mobilidade dos investigadores e melhoram as condições de formação e evolução através de uma maior cooperação entre as empresas e as universidades (permitindo uma partilha de conhecimentos entre países, organismos e sectores.

As iniciativas partem de experiências das “Acções Marie Curie”.

Uma vez que os investigadores são elementos cruciais para o futuro da Europa e como nem sempre é fácil começar uma carreira de investigador, as “Acções Marie Curie” visam tornar mais atractivas as carreiras de jovens investigadores. Tais acções proporcionam aos jovens investigadores em início de carreira uma oportunidade de aperfeiçoamento das suas competências de investigação, integração em equipas de investigação experientes, melhorando as suas perspectivas de carreira.

Por norma, para efeitos de candidatura, são necessários, no mínimo, três participantes (PME ou grandes empresas, universidades e centros de investigação) que apresentem um programa estruturado e coerente. Pode, no entanto, haver uma redução deste número mínimo de participantes (um só organismo de investigação ou duas instituições de investigação germinadas), sendo para tal necessário demonstrar claramente que, mesmo não havendo uma

rede formal, há uma cooperação internacional bem estabelecida com instituições de investigação.

Os temas financiados pelas “Acções Marie Curie”, são todos os projectos no domínio da investigação tecnológica e científica, com a condição de “imputarem” um elemento de mobilidade transnacional.

As candidaturas que centralizem a sua atenção em projectos de domínios interdisciplinares ou supradisciplinares inovadores terão preferência na fase de selecção e posterior financiamento.

O financiamento foca-se em apoiar:

- O recrutamento de investigadores em início de carreira ou que estejam a fazer um doutoramento ou a dar início a uma actividade de investigação pós-doutoramento;
- O reforço da transferência de saberes/conhecimentos através do recrutamento de investigadores já experientes e de renome na investigação;
- A organização de várias actividades, tais como seminários ou conferências de forma a envolver as entidades de investigação e investigadores externos.

Em suma, este programa específico visa melhorar as capacidades humanas na investigação, incidindo sobre as fases da carreira de um investigador, ou seja, desde o seu início até à sua contínua aprendizagem e desenvolvimento.

As “ajudas” prestadas pelas “Acções Marie Curie” destinam-se à:

- Formação inicial dos investigadores – melhoramento das suas capacidades, permitindo ao investigador associar-se a equipas de investigação;
- Formação contínua e o desenvolvimento da carreira – permite aos investigadores já com experiência adquirirem novas aptidões, através de financiamentos internacionais, nacionais e regionais, bem como através da atribuição de bolsas individuais;
- Bolsas internacionais e intercâmbio de investigadores – tem como objectivo aumentar o volume de investigadores fora do continente Europeu e realizar parcerias benéficas no plano da investigação;

- Acções Específicas – apoiam a criação de um mercado de trabalho ao nível europeu para os investigadores, tornando mais fácil e menos “burocrática” a mobilidade, permitindo ao mesmo tempo um melhoramento das perspectivas de carreira.

- **Capacidades**– Dotar os investigadores de ferramentas eficientes que permitam reforçar a qualidade e competitividade da investigação na Europa. O programa específico passa pelo investimento em infra-estruturas de investigação em regiões com um desempenho menor, na criação de pólos regionais de investigação e investir na investigação em detrimento das Pequenas e Médias Empresas (PME). Em suma, pretende reforçar a competitividade e qualidade da investigação na Europa e contribuir para o desenvolvimento económico. Tem um orçamento de 4.217 Milhões de Euros.

As infra-estruturas criadas serão infra-estruturas de ponta, de forma a estimular e atrair os melhores investigadores para a Europa, sendo vistas como grandes centros de investigação e formação. Tais centros poderão facilitar parcerias na investigação dando oportunidade à interacção entre investigadores de diversos países. Serão muitas as entidades que beneficiarão com este tipo de infra-estruturas, podendo citar-se como exemplos, os cientistas e estudantes universitários e institutos científicos.

- **Investigação da Energia Nuclear (programa Euratom)**– Com um orçamento mais reduzido (2.700 Milhões de Euros), relativamente aos restantes Programas, este tem como objectivo desenvolver as capacidades de fissão e fusão nucleares da Europa.

Como se candidatar

Todos os interessados em concorrer ao programa terão de apresentar a sua proposta no site da CORDIS (Community Research and Development Information Service for Science, Research and Development) - <http://cordis.europa.eu/en/home.html>. A CORDIS é responsável pela informação oficial acerca das propostas sobre o 7º PQ, bem como disponibiliza aos interessados serviços que possibilitam o contacto entre investigadores, decisores e outras entidades interessadas em apostar na investigação.

Com o intuito de avaliar as propostas, a CE nomeia um conjunto de peritos independentes que terão em conta vários critérios, tais como a excelência científica, o impacto no desenvolvimento, utilização e difusão dos resultados obtidos e ainda a qualidade e eficiência da execução e gestão dos recursos.

Tipos de Projectos

A fim de concorrer ao 7ºPQ são tidos em conta vários tipos de projectos, expostos em seguida:

Projectos em Colaboração – Para este tipo de projecto são necessários no mínimo três participantes (entenda-se três países da CE). São celebrados acordos entre os participantes que terão como finalidade o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e acima de tudo novos conhecimentos. Este tipo de projecto é financiado até 75% pelo 7ºPQ.

Redes de Excelência – A partilha de conhecimentos entre os especialistas/melhores na mesma área é o objectivo principal deste tipo de projectos. É criado um programa de actividades, fixado por um conjunto de instituições de investigação, que interagem entre si num determinado sector/domínio.

O financiamento é feito através de valores fixos (denominados Lump Sums), sendo que a CE contribui consoante o número de investigadores que constituem a rede e a duração do projecto (acção). O projecto é financiado em 100%

Acções de Coordenação e Suporte – Não têm como objectivo principal projectos de investigação, mas sim acções que estimulem a participação das Pequenas e Médias Empresas (PME's) e a sociedade em geral no 7º PQ. Assim com as “Redes de Excelência” esta tipologia de projecto é financiada pelo seu total (100%).

Projectos de Investigação de Ponta – Inserido no programa Ideias, a principal função/objectivo destes projectos é a inovação e multidisciplinaridade, sendo avaliados e coordenados pelo Conselho Europeu de Investigação. O limite de financiamento é de 100%.

Condições de Financiamento

O financiamento prestado pela CE, através do 7ºPQ, não é feito inicialmente pela sua totalidade. Este está dividido por parcelas percentuais, que vão sendo distribuídas aos participantes do programa.

Inicialmente há um adiantamento, para que as actividades dos investigadores e a execução dos projectos sejam feitas sem qualquer dificuldade em termos financeiros. Normalmente o montante a transferir nesta fase depende das características de cada projecto, sendo que em norma passados 45 dias da data de assinatura do acordo entre as partes (Grant Agreement - GA), é feita a transferência. Com o decorrer do projecto e perante a entrega dos relatórios de progresso, quer físico quer financeiro a CE volta a transferir nova quantia (transferência dos valores executados), sendo deduzido deste pagamento as retenções previamente acordadas nas regras de execução do 7ºPQ. Nesta fase procede-se ao pagamento intermédio. O montante recebido pela entidade que acolhe o projecto não passa dos 85% do investimento total aprovado e/ou pago. A CE retém em cada pagamento intermédio 10% do montante apresentado e paralelamente constitui um Fundo de Garantia, no qual serão retidos 5% do total de cada projecto apresentado.

No entanto esta verba retida (10% mais 5%) será transferida para as executoras dos projectos contratados à CE, mediante a apresentação de um relatório final. Este relatório será alvo de uma apreciação e aprovação por parte da entidade financiadora, sendo que depois de aprovado é feita a transferência dos valores retidos ao longo da execução do projecto.

Depreende-se, assim, que um dos alicerces sobre os quais assentam os objectivos da CE, através deste financiamento, é o desenvolvimento sustentado de toda a Europa. Pretende-se que o 7º PQ fortaleça o conhecimento europeu, ganhando vantagem nas áreas de conhecimento tidas como chave, através do estímulo do trabalho conjunto (parcerias) e partilha de conhecimentos no campo da investigação. A escolha de parcerias entre entidades de diferentes nacionalidades é incentivada e por vezes exigida (no caso dos Projectos em Colaboração).

No que respeita à propriedade dos conhecimentos adquiridos, eles são propriedade dos indivíduos e instituições que geraram esse resultado. Nos casos em que não seja possível determinar a quota-parte de cada entidade na produção do “novo” conhecimento, existirá o

que se chama de propriedade conjunta, sendo celebrado um acordo que determina a atribuição dessa propriedade e das condições ao seu uso.

Os conhecimentos adquiridos deverão ser partilhados e difundidos o mais rápido possível, tendo sempre em conta a protecção de direitos de propriedade intelectual e a sua confidencialidade.

O 7º Programa-Quadro na UC

A UC teve sempre como objectivo ser um “agente” activo na investigação interdisciplinar, quer nacional, quer a nível europeu ou mundial. É necessário para tal que se criem mecanismos no sentido de agilizar e aperfeiçoar todos os passos (processos) ligados ao desenvolvimento de actividades de investigação.

Uma condição necessária para que atinja a excelência científica e tecnológica é estimular e incentivar a inovação, a criatividade e a competitividade em áreas como as do saber, especializadas e multidisciplinares.

A necessidade de agir em harmonia, de forma eficiente e em equilíbrio nos campos da Investigação-Ensino, passa por gerir de forma racional os recursos disponíveis, quer humanos quer materiais, pois este é um aspecto essencial para as instituições que assumem uma estratégia/papel relevante nas áreas da investigação e ensino.

É com este propósito que se divulga a importância de programas como o 7ºPQ como um instrumento que financia a actividades de investigação. Este tipo de programas, permite à UC e a todas as Instituições e Unidades de Investigação atingir um novo patamar rumo ao crescimento da capacidade de investigação e inovação.

Captando financiamento comunitário, a UC garante aos seus investigadores os meios e recursos precisos para o desenvolvimento das suas actividades de investigação, investindo e apostando no seu crescimento.

É neste sentido que a UC se dispõe (através dos seus órgãos competentes) a prestar o apoio necessário a todos os que se pretendam candidatar, uma vez que o 7ºPQ apresenta certas especificidades administrativas e financeiras.

A possibilidade de obter financiamentos para as áreas da investigação é vista como uma oportunidade para qualquer entidade ou instituição de ensino de se distinguir pela sua excelência quer de ensino quer de investigação. Está intimamente ligado à UC o incentivo e fomento da investigação, a constante procura de inovação e o investimento em áreas especializadas, sendo as suas Unidades de I&D em conjunto com os seus docentes e

investigadores, a base e o suporte da investigação desenvolvida na Universidade. Ora, o 7ºPQ afigura-se como uma ferramenta útil para alcançar estes objectivos e a participação em projectos ligados ao 7ºPQ permitem, não só contornar a restrição orçamental e obter assim recursos financeiros para investir nas áreas da investigação, mas também reforçar e cimentar o papel que a UC deseja desempenhar no panorama da investigação na Europa e no Mundo.

O apoio prestado aos interessados em apresentar a sua candidatura, surge de várias partes, desde as Faculdades até ao instituto de Investigação Interdisciplinar (III-UC) em conjunto com a Administração da UC. Os investigadores podem ainda valer-se dos serviços prestados pelo Apoio a Candidaturas e Gestão de Projectos (ACGP) e Divisão de Recursos Humanos. A DRI também tem aqui um papel importante através do Centro de Mobilidade Pós-Graduada que é *“um serviço cuja missão é facilitar a mobilidade de investigadores e estudantes de 2º e 3º ciclos. Seja um licenciado português em busca de uma experiência lá fora, seja um investigador estrangeiro a quem a cidade de Coimbra seduziu para idêntica aventura, no Centro de Mobilidade Pós Graduada vai encontrar auxílio e informação acerca dos mais diversos assuntos que vão desde questões relacionadas com a emigração e assuntos fiscais, passando pela segurança social ou mesmo pela procura de alojamento”*. Em suma, o Centro de Mobilidade Pós-Graduada divulga todas as iniciativas e programas de interesse para os investigadores e cria as melhores condições para a sua mobilidade.

Além do apoio recebido, pela comunidade de investigadores (inseridos na UC), através das Unidades Orgânicas, do III-UC e da própria Administração (ACGP e Recursos Humanos), alguns elementos de carácter financeiro e administrativo são também alvos de auxílio, uma vez que são considerados importantes para desenvolver projectos co-financiados

III - APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

Universidade de Coimbra

A UC remonta ao ano de 1290, sendo de 1 de Março desse mesmo ano o diploma que anuncia a UC como a primeira Universidade Portuguesa, o que a torna uma das mais antigas da Península Ibérica.

No entanto começou a funcionar em Lisboa, “transferindo-se” definitivamente para Coimbra somente em 1537.

Transcrevendo o artigo 2º do despacho normativo nº 43/2008, publicado no Diário da República no dia 1 de Setembro de 2008, *“a Universidade de Coimbra é uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia que, através da investigação, do ensino e da prestação de serviços à comunidade, contribui para o desenvolvimento económico e social, para a defesa do ambiente, para a promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável e para a consolidação da soberania assente no conhecimento”*. Deve contribuir para a *“compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando acções de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, disponibilizando os recursos necessários a esses fins; O desenvolvimento de actividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico; A promoção da mobilidade efectiva de docentes e investigadores, estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior e no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”*.

A UC goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, patrimonial, administrativa, financeira e disciplinar, podendo definir livremente os objectivos do ensino que ministra, aprovar os planos de estudo, os métodos pedagógicos e os processos de avaliação de conhecimentos dos cursos que oferece e lecciona.

A UC tem como finalidade *“a promoção e valorização da língua e da cultura portuguesa; a contribuição para a concretização de uma política de desenvolvimento económico e social sustentável, assente na difusão do conhecimento e da cultura e na prática de actividades de extensão universitária, nomeadamente a prestação de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país; o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras; a preservação, afirmação e valorização do seu património científico, cultural, artístico, arquitectónico, natural e ambiental; a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos”*.

Com o intuito de cumprir com a sua missão e objectivos estratégicos a UC *“pode, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, celebrar convénios, protocolos, contratos e outros acordos com instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente com vista ao desenvolvimento em conjunto de projectos de investigação, à estruturação de programas de graus conjuntos, à partilha de recursos humanos e materiais, à mobilidade de professores e estudantes, ao reconhecimento de qualificações e equivalências”*.

O Campus Universitário, na chamada “Alta de Coimbra”, brinda-nos com alguns dos mais bonitos monumentos que a Cidade de Coimbra tem para nos oferecer, tais como a Torre da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Municipal e a Porta Férrea, entre outros.

A Torre, com 33,5 metros de altura, é o símbolo “mor” da UC. No cimo, sobre o relógio, podemos desfrutar de uma fantástica panorâmica da cidade, bem como do Mondego (rio que atravessa a cidade). No meio estudantil, a Torre é conhecida como “a cabra”, servindo os sinos (em anos remotos) para assinalar as horas de despertar e de recolher dos estudantes.

Para além do novo período da vida portuguesa, após o 25 de Abril de 1974, também a vida universitária iniciou um novo período, sendo alvo de diversas reformas, no sentido de acompanhar a dinâmica política que ocorreu na altura.

Em continuo crescimento, durante os seus sete séculos, começando na Alta de Coimbra e espalhando-se por toda a cidade, a Universidade está hoje associada à difusão da cultura portuguesa um pouco por todo o Mundo, mantendo o renome e a indiscutível qualidade de ensino.

Todas as evoluções e “metamorfoses” por que a Universidade passou desde o seu nascimento, deram origem a oito faculdades (Direito, Economia, Ciências e Tecnologia, Letras, Psicologia e Ciências da Educação, Medicina, Farmácia, Ciências do Desporto e Educação Física), com departamentos e cursos de excelência, quer no panorama nacional, quer internacional e com cerca de 23.000 estudantes.

O Campus Universitário está dividido hoje em dia em três Pólos:

- **Pólo I** – Situado na Alta Universitária, onde estão instalados os Serviços Administrativos, a Reitoria e as Faculdades de Direito (que partilha com os serviços administrativos o edifício histórico da Universidade), de Letras e de Psicologia, além dos Departamentos de Química, Física, Ciências da Vida e Matemática. O pólo contempla ainda a Biblioteca Geral e Arquivo;
- **Pólo II** – Também conhecido como o Pólo de Engenharia, está situado na margem direita do rio Mondego e “alberga” os departamentos de Engenharia da FCTUC (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). São eles o Departamento de Engenharia Electrónica e de Computadores, Civil, Engenharia, Informática, Mecânica e Química bem como o Instituto de Investigação Interdisciplinar e outras Unidades de Investigação;

- **Pólo III** – Situado nos Hospitais da Universidade de Coimbra, está o Campus das Ciências de Saúde que engloba as “novas” Faculdades de Medicina e Farmácia, além de um conjunto de novas unidades e recursos úteis à vida estudantil (casos de uma nova residência, cantina e centros de investigação)

Juntam-se a estes Pólos, na margem esquerda do rio, a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física e na zona de Celas a Faculdade de Economia que “labora” na casa dos Limas.

Com base no artigo “a UC em números”, a UC registou no ano lectivo de 2008/2009 os seguintes números:

- **Cursos:**
 - Licenciaturas - 84
 - Pós-Graduações/Especializações - 18
 - Mestrados - 125
 - Mestrados Integrados - 11
 - Doutoramentos – 56
- **Estudantes:**
 - Licenciaturas - 9046
 - Pós-Graduações/Especializações - 160
 - Mestrados - 2743
 - Mestrados Integrados - 7232
 - Doutoramentos - 1090
- **Estudantes estrangeiros:**
 - CPLP - 1140
 - U.E - 597
 - Outros – 260
 - Mobilidade: 489
- **Pessoal Docente:** 1506
- **Pessoal Não-Docente (Estruturas Orgânicas + Estrutura Central + SASUC):** 1603

Todas estas oito faculdades, bem como os seus colaboradores e usuários ajudam a UC a cumprir a sua missão, que passa pela criação e transmissão da cultura portuguesa e contribuir para o desenvolvimento económico-social e promoção da justiça social e da cidadania.

Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra

A DRI é um instrumento fundamental na promoção e dinamização da internacionalização da UC. Através das candidaturas da sua responsabilidade a programas europeus, fomenta a mobilidade de estudantes, pessoal docente e não docente, desenvolvendo actividades que encorajem e estimulem as pessoas ligadas à UC a partilhar e a adquirir conhecimentos num contexto internacional.

Tem como missão *“criar as condições para promover e intensificar a internacionalização da Universidade de Coimbra de forma a proporcionar aos seus estudantes uma formação mais completa e alargada e uma preparação mais adequada às exigências de uma sociedade dos nossos dias, caracterizada, em grande parte, por uma mudança permanente; projectar a Universidade de Coimbra a nível nacional e internacional transformando-a num verdadeiro centro de mobilidade e firmando o seu prestígio no país e no estrangeiro e promover uma ampla e constante informação junto de todos aqueles que constituem o seu “publico alvo” “. Todas as acções são balizadas por valores que passam pelo “respeito pelas pessoas, a começar pelos colaboradores da Divisão e pelos que recorrem aos seus serviços; adopção de uma cultura de exigência, de rigor e de permanente auto-avaliação, com vista a uma constante melhoria dos serviços prestados e motivação dos colaboradores, designadamente através do incremento da informação e da formação profissional”.*

A finalidade/visão da DRI é *“ser reconhecida como uma unidade orgânica dinâmica e dinamizadora, prestadora de serviços de qualidade e de grande rigor e eficácia”* não só no panorama nacional (e mais concretamente na UC) mas também a nível internacional.

A DRI é, superiormente, dirigida pela Dra. Filomena Marques de Carvalho, que é responsável por toda a supervisão e por toda a dinâmica que é reconhecida na DRI, de modo a que a DRI esteja em constante “actualização” e vá cada vez mais ao encontro das necessidades dos estudantes (quer incoming quer outgoing). A Dra. Filomena Marques de Carvalho é, também, a Coordenadora Institucional do Programa ERASMUS na UC e a representante da UC em várias redes internacionais, que proporcionam um conjunto alargado de oportunidades aos estudantes da UC. É ainda Gestora de vários projectos ERASMUS MUNDUS (ISAC, MONESIA, EADIC, BAPE), que serão abordados no próximo capítulo.

Fazendo uma breve explicação, os estudantes incoming são os que chegam à UC, vindos de toda a parte do mundo e pelo contrário os estudantes outgoing são aqueles que partem rumo

a novas experiências, quer académicas quer sociais, fora da UC. Estas mobilidades são efectuadas ao abrigo de parcerias previamente estabelecidas.

Com o decorrer do tempo e de forma a poder proporcionar aos seus “utilizadores” (estudantes, pessoal docente, não docente e investigadores) uma melhor oferta e apoio, bem como para cumprir com a sua missão e objectivos, a DRI conta com uma equipa de colaboradores, desde as pessoas que contribuem com o seu trabalho no próprio estabelecimento da DRI na UC, até às entidades de cooperação internacional com as quais tem protocolos estabelecidos.

Passo em seguida à exposição dos tipos de cooperação internacional “presentes” na DRI:

1. Em Rede

- **Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB)**: Grupo composto pela UC em conjunto com 51 Universidades Brasileiras. A sua missão é a promoção da integração inter-institucional e internacional, através de programas de mobilidade, mantendo acordos de intercâmbio quer científico, pedagógico ou cultural. O Grupo regista a marca de um milhão de alunos matriculados no nível de graduação. No entanto contempla também programas de Pós-Graduação bem como de Pesquisa. Os seus objectivos passam pelo desenvolvimento de relações académicas, científicas e culturais entre as instituições que formam o grupo, incentivando a cooperação ao nível do ensino graduado e pós-graduado através de redes que permitam a permuta/mobilidade de currículos e modelos educativos. Estas acções promovem a internacionalização das Universidades presentes no Grupo através de cooperações multilaterais com as Universidades que integram o Grupo de Coimbra das Universidades Europeias. A atribuição de bolsas é um factor que ajuda e estimula o intercâmbio de estudantes e professores entre as Universidades, promovendo assim a partilha de conhecimentos e informação, visto que o Grupo mantém um sistema de actualização de

informação sobre as actividades que forem desenvolvidas nas diferentes Universidades.

- **Grupo de Coimbra**: Fundado em 1985, este Grupo é constituído por 38 Universidades (de alto padrão internacional) de 21 países Europeus. Criado com o intuito de promover a internacionalização, colaboração académica e a excelência no ensino e investigação, o Grupo pretende também agir no panorama educacional Europeu e desenvolver as melhores práticas através do intercâmbio de experiências.
- **Rede Utrecht**: Constituída por 30 Universidades europeias de 28 países, a rede Utrecht coopera na área da internacionalização. Está especialmente vocacionada para áreas como a mobilidade de estudantes e funcionários e inter-institucionalização de programas, mantendo-se aberta a outros tipos de actividades capazes de manter e reforçar o seu perfil. Actualmente realiza uma vasta gama de programas clássicos de mobilidade (de estudantes e docentes). Os membros da rede estão envolvidos em projectos internacionais financiados pela CE e desenvolvem práticas para a boa gestão e administração de programas conjuntos. Desde o início que a rede promove visitas de pessoal administrativo entre as universidades com a intenção de aumentar a competência profissional do Grupo e assim fazer face aos seus objectivos de forma mais eficaz.
- **Grupo de Tordesilhas**: Grupo formado por Universidades Brasileiras, Portuguesas e Espanholas, num total de 38 Universidades. O objectivo desta

união é a definição de pontos de cooperação entre as Universidades que dirigem o Grupo, nomeadamente nas áreas da Ciência e da Educação.

- **SYLFF**: Criado em 1987, o “Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund” (SYLFF) é um programa de bolsas que apoia os alunos a prosseguirem com os seus estudos de pós-graduação na área das Ciências Humanas e Sociais. Desde o seu início, mais de 12.000 estudantes receberam bolsas de estudo. O objectivo do programa é identificar e criar líderes, que tentarão superar diferenças, tais como a nacionalidade, língua e etnia, para combater as questões globais da actualidade. De referir que o a rede é constituída por 88 instituições de 44 países.
- **Euraxess (Researchers in Motion)**: Com cerca de 200 Centros de Mobilidade localizados em 35 países (Europeus), a EURAXESS é um serviço que pretende prestar auxílio à pessoa e à sua família (nos casos em que seja necessário) em cada etapa da sua mobilidade, desde o seu país de origem até se instalar no país de acolhimento. Trata-se de um serviço gratuito e personalizado, que facilita todo o processo de mudança e integração, eliminando a burocracia, normalmente, presente nestes casos.
- **CMU (Community of Mediterranean Universities)**: Rede criada em 1983, constituída por 159 Universidades, de 21 países e com o desejo de alcançar uma cooperação cultural. É um compromisso levado a cabo, após junção do Reitor da Universidade de Bari e um grupo de professores universitários, para promover o desenvolvimento civil e social dos povos e gerar um processo de renovação e modernização com vista a ajudar os seus membros a superar problemas sérios. No decorrer dos 27 anos de existência, a CMU tem mantido

um ritmo intenso de actividade, demonstrado pelo número de bolsas concedidas aos jovens investigadores universitários na região do Mediterrâneo, através da participação em projectos de investigação e abertura das Universidades do Mediterrâneo que promovem reuniões e cursos de formação para os investigadores universitários.

2. Em projectos:

2.1 Europa

- **ERASMUS MUNDUS (EM)– EXTERNAL COOPERATION WINDOW (ECW)**: A UC é actualmente, através da DRI, a responsável de um dos consórcios EM ECW – o ISAC – participando ao mesmo tempo como instituição parceira em mais três consórcios EM ECW, que fomentam a mobilidade entre Universidades Europeias e Latino-Americanas, nomeadamente da Argentina (Programa EADIC), Brasil, Uruguai, Paraguai (Programa MONESIA), Bolívia, Argentina e Peru (Programa BAPE).

A CE financia todos estes consórcios, que têm como objectivo promover a cooperação Institucional no domínio do ensino superior, criando para tal programas de mobilidade que assentam no intercâmbio de estudantes e docentes entre os países europeus e países terceiros. Para atrair e incentivar à mobilidade, são atribuídas bolsas de estudo que permitem ao bolseiro estudar no estrangeiro, concedendo ao mesmo tempo, às Universidades participantes novas competências, a possibilidade de criar pólos de excelência e, acima de tudo, visibilidade internacional.

- **LEONARDO DA VINCI** - Programa de estágios Profissionais para Pessoas Presentes no Mercado de Trabalho (PLM), dirigido essencialmente para os recém-licenciados, promovendo a mobilidade e a realização de estágios num contexto internacional. A restrição é que o estágio terá de ser realizado num dos 27 Estados-Membros da UE ou então na Noruega, Islândia, Liechtenstein ou Turquia e tem uma duração máxima de seis meses. No entanto o

estágio pode ser efectuado em qualquer tipo de instituição, desde empresas até organizações não governamentais.

A UC terá de criar um projecto que posteriormente a ser aprovado, será financiado pela AN.

2.2 América-Latina

- **ALFA III - Vertebralcue** – Projecto criado com o objectivo de desenvolver a integração regional entre os Sistemas de Educação Superior da América Latina, explorando e fortalecendo os laços entre as instituições da América Latina e entre a Europa e a América-Latina. Esta integração será levada a cabo através de uma cooperação académica e implementação de infra-estruturas ao nível institucional, nacional e regional. O projecto contribui para a promoção do estabelecimento de relações estruturais de longo-termo e de redes entre as Instituições de Ensino Superior da América Latina e da UE, bem como para apoiar a integração entre universidades, empresas e governo, contribuindo para o desenvolvimento e coesão social das regiões “afectadas” pelo projecto.

Para além dos projectos acima apresentados ainda podemos referir os seguintes: ALBAN, ALFA, EDULINK, ERASMUS, EU-AUSTRALIA, EU-USA, JEAN MONNET, TEMPUS, TUNNIG (inseridos nos projectos Europeus), EDULINK e OMAR (inseridos em projectos com o Continente Africano)

Todo o trabalho realizado, todas as cooperações e acordos efectuados têm como objectivo final, não só melhorar e desenvolver o trabalho efectuado na própria DRI, mas também projectar a UC a nível nacional e internacional. Pretende-se que a UC seja um verdadeiro centro de Mobilidade (de estudantes, docentes, investigadores, etc) e que solidifique o seu estatuto e prestígio, quer dentro quer fora do país.

Para finalizar a parte do relatório reservada para a apresentação da Entidade de Acolhimento, descrevo, em conformidade com o disposto no artigo 16º do Regulamento da Administração da Universidade de Coimbra nº 423/2009, publicado no Diário da República nº208 de 27 de

Outubro de 2009, bem como no despacho nº3/ADM/2009, as principais competências atribuídas à DRI:

- “Analisar e acompanhar os assuntos da União Europeia que se relacionem com a área do ensino superior, designadamente o intercâmbio de docentes e estudantes ao abrigo de programas comunitários”;
- “Coordenar, dinamizar e apoiar acções de intercâmbio e cooperação internacional da Universidade”;
- “Apoiar a negociação e preparação de propostas de protocolos, de acordos, convenções ou outros instrumentos internacionais de cooperação de que a Universidade seja parte”;
- “Apoiar as estruturas da Universidade na preparação de missões ao estrangeiro e na recepção de individualidades estrangeiras”;
- “Assegurar a gestão da informação relativa às redes universitárias de cooperação de que a Universidade é membro e a divulgação e promoção da sua utilização”;
- “Assegurar a gestão da informação relativa a iniciativas realizadas pela Universidade no âmbito das Relações Internacionais”;
- “Gerir a mobilidade e intercâmbio de docentes, investigadores e pessoas não docente”;
- “Apoiar a recepção e integração de estudantes da CPLP”;
- “Elaboração de candidaturas a projectos institucionais de cooperação internacional, nomeadamente os projectos comunitários, bem como a gestão das actividades que deles decorrem”;
- “Apoiar as candidaturas a projectos de cooperação internacional promovidas pelas unidades orgânicas e demais serviços da UC”;
- “Assegurar e apoiar os projectos e actividades que decorrem da participação da UC em Redes de Cooperação Internacional”;

- “Assegurar a divulgação da UC junto das Universidades Parceiras”;
- “Gerir a mobilidade e intercâmbio de estudantes em parceria com o Serviço de Gestão Académica”.

Promover uma vasta e constante informação, incentivar o intercâmbio e prestar apoio junto daqueles que constituem o seu “público-alvo”, são razões pelas quais a DRI trabalha diariamente, ajudando a UC a cimentar o seu estatuto a nível nacional e internacional.

IV - O ESTÁGIO

Como em qualquer nova experiência, o início nunca se afigura fácil. Ou porque não estamos adaptados ao meio ou porque estamos um pouco “presos” em termos de autonomia e saber. O meu caso não fugiu à regra.

No dia 17 de Março de 2010, apresentei-me na DRI para iniciar o estágio e desempenhar as tarefas e actividades a que me propus aquando da entrevista e posterior convite que me foi endereçado.

O relógio marcava nove horas quando entrei pela primeira vez na DRI, desta vez como funcionário da divisão. Carinhosamente recebido pela Dra. Teresa Silva e depois de uma breve conversa de introdução, foi-me apresentada a D. Lucília, colega com a qual viria a partilhar o gabinete. Foi-me de seguida apresentada a restante “equipa” de colaboradores da DRI e o espaço em si.

Depois de passada a fase das apresentações, dirigi-me ao meu gabinete para que me comesse a ambientar aquele que, a partir de então, passaria a ser o “*habitat natural*” desta minha primeira e gratificante experiência de trabalho.

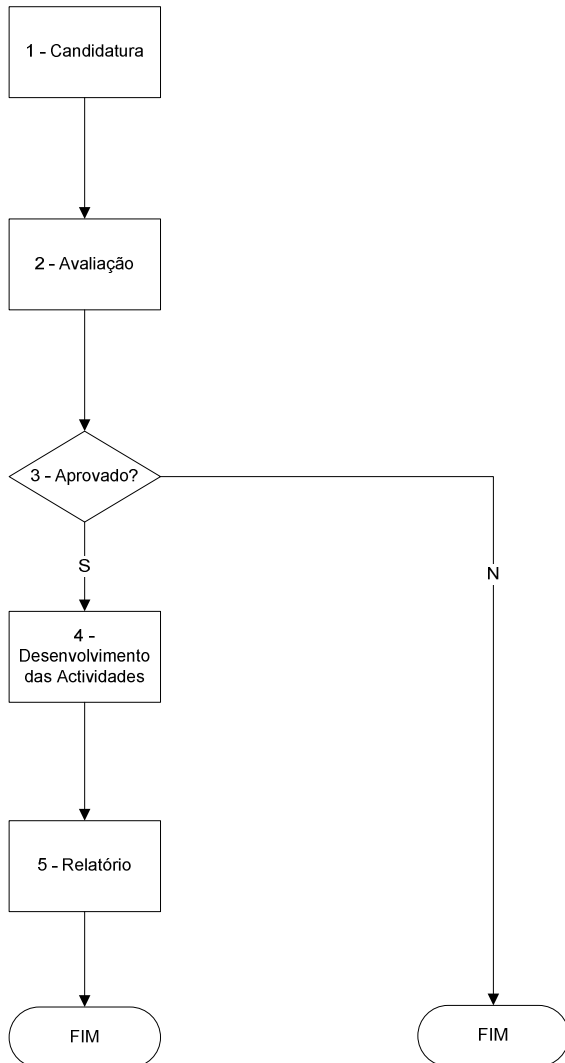
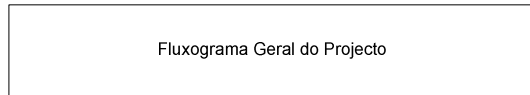
Foi-me explicado pela D. Lucília quais as funções que iria desempenhar, bem como certos procedimentos a cumprir na execução dessas mesmas funções. Todos estes passos foram surgindo naturalmente com o desenrolar do tempo.

Para iniciar as minhas funções, e de modo a interiorizar as normas, requisitos e procedimentos, fiquei incumbido de ler os contratos celebrados entre a DRI e os parceiros (no âmbito dos Projectos ERASMUS MUNDUS) bem como as normas propostas pela Comissão Europeia para este tipo de cooperações internacionais inter-universitárias.

O projecto pelo qual fiquei responsável foi o Erasmus Mundus External Cooperation Window – ISAC. A UC é a coordenadora deste projecto e tem como parceiras nove Universidades

Europeias e dez Brasileiras. Como foi referido acima (no capítulo III) a DRI “participa” em mais projectos para além deste, como é o caso do MONESIA, BAPE e EADIC, onde é a responsável pela gestão de todas as actividades e por toda a mobilidade dos estudantes da UC e dos que vêm para a UC.

O seguinte fluxograma clarifica as etapas que são necessárias seguir para se acolher um Projecto desta dimensão:



Fluxograma 1

1 – Processo de candidatura em formulário disponibilizado pela entidade financiadora (CE ou AN)

2 – Tendo em vista a aprovação/rejeição, a proposta é enviada para ser alvo de uma avaliação

3 – Se a candidatura é aprovada segue para a etapa 4, se não dá-se o processo como encerrado

4- Desenrolar das tarefas e actividades propostas aquando da candidatura

5 – Elaboração de relatórios intercalares (para dar seguimento ao Projecto) e finais (conclusão do Projecto)

Aquando da minha chegada, estes últimos projectos mencionados ainda não tinham iniciado, ao contrário do ISAC que já decorria desde Agosto de 2009. No entanto as etapas (1), (2) e (3) já tinha sido concluídas com sucesso.

Comecei então pela leitura dos protocolos/contratos assinados entre as partes (Universidade de Coimbra e Parceiras) de forma a ficar a par de todas as condições (algumas específicas para certas Universidades). O meu anterior colega (que iniciou o projecto) deixou a informação necessária para que pudesse seguir o seu trabalho e ficar identificado com a situação.

Quer para o ISAC, quer para os restantes projectos, os procedimentos são em tudo semelhantes, diferenciando o facto de nalguns a UC ser a coordenadora de todo o projecto e noutros ser “apenas” uma Universidade Parceira.

No caso do ISAC, e visto que foi o projecto pelo qual fiquei inicialmente incumbido, a UC teve, como Universidade Coordenadora, de estabelecer protocolos com as Universidades Parceiras (Europeias e Brasileiras) onde ficaram definidos os direitos e deveres de cada Instituição perante o Projecto.

Estando a estagiar no gabinete financeiro da DRI, era minha função controlar e gerir todos os recursos (monetários) postos à disposição pela CE. O montante subvencionado para o projecto é “proposto” numa fase embrionária (na etapa (1)), onde se fazem as estimativas e previsões do número de mobilidades e níveis/escalões de ensino afectadas.

Esta proposta (tal como no 7ºPQ) é depois estudada e aprovada pela CE (etapa (2) e (3)) que financia assim o projecto. O montante aprovado não é transferido na totalidade para a UC, mas sim repartido em tranches, sendo normalmente 50%, 30% e finalmente 20%. São tidas em conta quatro rubricas de custos:

- Organização da Mobilidade;
- Bolsas de Subsistência;
- Custos de Viagem;
- Propinas (nos casos em que seja necessário o seu pagamento);
- Seguro (contrato celebrado entre a Universidade e uma Companhia de Seguros de modo a oferecer ao beneficiário da bolsa total “protecção”).

Uma vez que iniciei o meu trabalho quando o projecto já estava em andamento, todas estas etapas já estavam delineadas e devidamente controladas. Coube-me a mim (inicialmente)

fazer um levantamento da situação de modo a ver se tudo corria como o inicialmente previsto e para me ir apercebendo dos valores e evolução do projecto.

Com o decorrer do tempo e com cada vez mais à vontade e autonomia, fui efectuando as operações necessárias para que o projecto seguisse o seu rumo. Operações (desenvolvidas na etapa (4)) tais como o pagamento de bolsas aos estudantes, reembolso das despesas de viagem e também tratar de questões/dúvidas colocadas pelos estudantes (estas operações de um modo mais personalizado).

Para efectuar estas operações é preciso seguir uma serie de trâmites, ligados aos procedimentos da DRI bem como da UC, que passo a expor de seguida:

- Ofícios – Sempre que seja necessário contabilizar uma verba transferida pela CE (ou outra entidade) para a conta da UC, é preciso redigir um ofício (normalmente ao cuidado da Exma. Senhora Administradora da Universidade de Coimbra) a solicitar essa contabilização e colocar o montante que foi transferido, ao “nosso” (DRI) dispor para que o possamos utilizar e fazer face às várias despesas com que nos deparamos. O mesmo procedimento é seguido quando efectuamos pagamento de bolsas aos estudantes ou quando efectuamos transferências para as Universidades Parceiras, para que estas possam ter dinheiro para efectuarem também os respectivos pagamentos aos estudantes. Este processo é um pouco demorado, visto que o ofício, depois de “sair” da DRI terá de ser autorizado pelo Exmo. Senhor Vice-Reitor da UC, seguindo depois para o Departamento de Contabilidade onde é efectivamente emitida a ordem de transferência das verbas devidas a cada entidade (estudantes e Universidades). O ofício terá de estar devidamente assinado pela Chefe de Divisão e Gestora do projecto (Dra. Filomena Marques de Carvalho) ou, na ausência desta, alguém com autoridade para tal (Dra. Teresa Silva ou Dra. Ana Isabel) e deverá mencionar qual a finalidade. Dando um exemplo do pagamento das bolsas aos estudantes, o ofício deverá dizer qual o programa em que o estudante está inserido (ISAC, BAPE, MONESIA ou EADIC), a finalidade de tal pagamento (pagar as bolas de subsistência ou reembolso de viagens) e terá de ter anexado uma lista com o nome dos estudantes e qual o montante destinado a cada um.
- Cabimento/Compromisso – Quando efectuamos os pagamentos ou realizamos transferências para as Universidades Parceiras, juntamente com o ofício segue o cabimento e respectivo compromisso, efectuados pela DRI em SAP (programa de suporte a certas tarefas desenvolvidas na DRI). Como foi dito anteriormente, assim

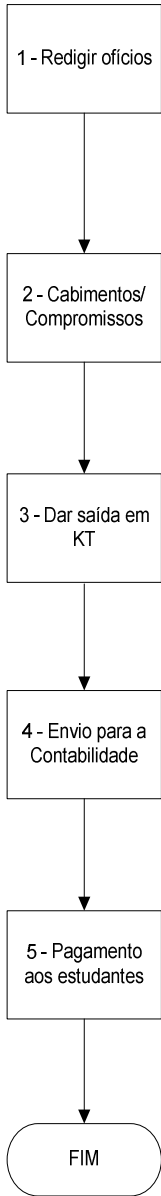
que é depositada na conta da UC uma verba, esta é transferida (mediante comprovativo de que tal transferência é dirigida à DRI) para a respectiva Fonte de Financiamento, Orgânica e Económica. Efectuada esta operação, iremos realizar cabimentos e compromissos mediante o tipo de despesa com que nos deparamos. Mantendo o exemplo do pagamento aos estudantes (neste caso específico, pagamento de bolsas), a económica é a 04.08.02.B0. Depois de fazermos uma previsão dos gastos que iremos ter, criamos um cabimento global por esse valor (por exemplo 200.000,00 EUR). Sempre que realizarmos um pagamento de bolsas “subtraímos” o respectivo valor ao cabimento criado para tal efeito. Isto é, se temos dois estudantes, em que um recebe 7.500 EUR e outro 5.400 EUR iremos ficar com um saldo de cabimento de 187.100 EUR. E o processo repete-se para os restantes pagamentos de bolsa. O cabimento poderá ser aumentado ou diminuído em função do maior ou menor valor, respectivamente, do montante de bolsas a pagar. O cabimento e respectivo compromisso tem de estar assinados para que possam ter utilidade e “exercer a função” para a qual foram criados. Para realizar estas operações temos como suporte o programa SAP, o qual nos permite verificar, também, o saldo em cada Fonte de Financiamento, os cabimentos e compromissos efectuados e uma serie de outras operações bastante úteis à gestão e coordenação dos Programas em que estou envolvido.

- Entrada/Saída em KT – De modo a que tudo fique registado e que possamos identificar a pasta onde é arquivado cada processo, sempre que existe uma entrada (entendamos por entrada qualquer informação que chegue à DRI) ou saída, estas são registadas em KT (Knowledge Tree). Este programa serve não só para o registo das entradas e saídas, mas também para arquivar (digitalmente) todos os documentos respeitantes a um programa ou assunto em que a DRI esteja envolvida. Trata-se de um programa bastante útil umas vez que permite aos seus utilizadores ter acesso a ficheiros e documentos sem terem de sair do seu gabinete e/ou andarem à procura em pastas. Retomando o exemplo dos estudantes (mais especificamente, pagamento das bolsas), cada ofício, bem como os cabimentos e compromissos terão de ter uma referência para que se possa identificar mais facilmente cada processo. É nesta altura que “entra” o KT, onde através de uma folha de cálculo Excel se extrair o número da referência, se identifica a pessoa que efectuou a operação e a data em que foi realizada, assim como se descreve o conteúdo de tal saída/entrada e a pasta onde posteriormente se irá arquivar.

- Enviar para a Contabilidade – Depois de realizados estes passos, o processo pode ser enviado para a Administração, onde é revisto pelas pessoas competentes para tal e por fim enviado para o Departamento da Contabilidade que dá a ordem de transferência e permite assim que os estudantes recebam as bolsas e/ou as Universidades Parceiras recebam os montantes que lhes é atribuído.

De modo a exemplificar esta tarefa, de uma forma mais simples, podemos verificar todos os passos a executar no seguinte fluxograma:

Fluxograma de Tarefas Realizadas



Fluxograma 2

1 – Elaboração do ofício, indicando o destinatário, referência, data e assunto. Este deve ser assinado pela Dra. Filomena ou pessoa competente para tal. Ver exemplo em anexo.

2 – Valor a ser gasto no assunto mencionado na tarefa anterior. São efectuados com o programa SAP. Ver exemplo em anexo.

3 – Programa de registo de correspondência para localizar e dar uma referência ao ofício. Ver exemplo em anexo.

4 – Envio para os Serviços Administrativos da UC a fim de chegarem ao destinatário pretendido.

5 – Realização do objectivo final de todo o processo. Após concluído com sucesso, dá-se como encerrado.

De referir que as operações explicadas acima são as realizadas, por exemplo, nos processos de pagamento e reembolso aos estudantes. Nem todas as tarefas realizadas terão de ter um cabimento/compromisso ou passar pelo programa KT.

Naturalmente, as minhas tarefas no que respeitam ao Projecto ISAC não se esgotam nestes procedimentos (de pagamentos aos estudantes).

No que se refere às Universidades Parceiras, os processos são os mesmos. A diferença é que os montantes transferidos ficam na posse das Universidades que depois procedem ao reembolso aos estudantes. Normalmente o modo de pagamento é a transferência bancária, no entanto o “caminho” a percorrer até que a bolsa fique ao dispor do estudante varia de Universidade para Universidade. De qualquer forma, a UC terá de receber de todos os parceiros no Projecto, comprovativos (recibos assinados pelos estudantes) de como efectivamente receberam determinado montante.

Posteriormente à recepção de tais documentos, outra tarefa que está a meu cargo é a de arquivá-los no processo de cada estudante. Isto para que alguém que necessite de informação financeira acerca do estudante possa recorrer às pastas que contêm os respectivos processos (apesar de digitalmente ser também arquivada muita informação).

Aproveito o facto de estar a mencionar a tarefa de “arquivo”, pois esta foi umas das minhas primeiras acções aquando da minha entrada na DRI: arquivar todos os processos pendentes, deixados pelo meu anterior colega, bem como proceder a uma nova distribuição na forma como estavam arquivados anteriormente as pastas. Para tanto contei com a ajuda da D. Lucília, que me orientou no arquivo de alguns processos (uma vez que estava a par dos assuntos referentes a cada um) e também passou os dias na “remodelação” do arquivo.

Outra das funções, ainda relacionadas com o ISAC é o atendimento aos estudantes, quer pessoalmente quer via e-mail (visto que a distância física não permite o contacto pessoal). Questões acerca dos prazos de recebimento de bolsas, entrega de relatórios (para os níveis de estudo em que tal é necessário), activação do seguro e reembolso das despesas (de viagem ou outros gastos cobertos pelo projecto) são os assuntos mais solicitados pelos estudantes. Sem sentir dificuldades em tratar de qualquer deles, confesso, contudo, que a parte relacionada com os seguros é um pouco maçuda, por ser um assunto que não depende directamente de nós (DRI), pois terá de ser tratado com a respectiva mediadora de seguros. E são questões e processos morosos, ficando os estudantes muito tempo à espera de serem reembolsados, que muitas vezes não acontecem na totalidade devido às cláusulas acordadas no contrato celebrado inicialmente.

Mas nem tudo pode ser fácil e, por isso, só nos resta contornar estas adversidades da melhor maneira, ajudando os estudantes em todas as questões ao nosso alcance.

Em relação aos outros projectos em que estou envolvido (casos do BAPE, EADIC e MONESIA), a mobilidade inicia-se em finais de Agosto de 2010 pelo que estarei desde o início a acompanhar a evolução do Projecto. Entretanto no que diz respeito ao MONESIA, já estavam matriculados na UC (desde Setembro) quatro estudantes, pelo que tivemos de iniciar o pagamento das bolsas mais cedo. Não foi tarefa fácil, pois os estudantes somente depois de estarem a estudar na UC é que foram seleccionados para receber a bolsa MONESIA e efectuar os seus estudos nas respectivas áreas. Os estudantes queriam receber desde Setembro (de 2009), no entanto só foram seleccionados em Fevereiro (de 2010) pelo que houve dificuldades em encontrar uma solução para o “problema”. Alguns meses depois a situação resolveu-se, ficando decidido que os estudantes iriam começar a receber a bolsa desde o mês em que foram aceites como estudantes MONESIA. Ainda assim, e devido a atrasos que ficam fora do controle da DRI, a situação prolongou-se por mais uns tempos até os estudantes receberam efectivamente os valores a que tinham direito.

Os processos estão agora regularizados e os restantes estudantes aceites como bolseiros MONESIA iniciam em finais de Agosto de 2010 a sua mobilidade.

Uma vez mais a questão do seguro (contrato com a mediadora e activação das apólices) não foi tarefa fácil desde o início. Disparidades entre as cláusulas pretendidas e as recebidas e posteriormente a contratualização entre a UC e a companhia de seguros atrasou um tanto este processo. Agora tudo está encaminhado para que as apólices possam ser atribuídas aos estudantes antes de estes iniciarem a sua mobilidade (o que é obrigatório pelo contrato acordado entre a Universidade e o estudante).

Assim como o projecto MONESIA, o BAPE e EADIC seguem os mesmos passos. Todavia, nestes dois últimos, a Universidade Coordenadora é a responsável pela contratualização do seguro ao passo que no MONESIA a UC é a responsável pela contratualização dos seguros para os dois tipos de mobilidade (outgoing e incoming).

Ainda fazendo uma comparação entre estes quatro projectos, a grande diferença é que no ISAC a UC é a Universidade Coordenadora do projecto enquanto nos outros três (BAPE, EADIC e MONESIA) é Universidade Parceira. Este factor não implica que a responsabilidade e esforço sejam menores. O empenho, responsabilidade, deveres e direitos são cumpridos a rigor para que a UC seja vista como uma instituição capaz e com meios e infra-estrutura para receber e criar este tipo de projectos de mobilidade.

De forma a controlar a actividade realizada por cada Universidade Parceira é necessário realizar relatórios intercalares (normalmente semestrais) e um relatório final (etapa (5) do primeiro fluxograma). Isto permite-nos avaliar o ponto da situação em cada instituição

parceira e aplicar as respectivas medidas correctivas, se necessárias. Isto porque como Gestora do Projecto ISAC a UC (mais propriamente a DRI) terá de realizar um relatório acerca do programa em geral (em termos financeiros e académicos) que posteriormente terá de reportar à CE de formar a que a possam (a CE) verificar a evolução do Projecto e que tudo corre como inicialmente previsto. De lembrar que é a CE que financiam este projecto. Da aprovação dos Relatórios Intercalares depende a continuidade do projecto e foi com muita satisfação que a DRI viu o Relatório Intercalar ser aprovado na totalidade, podendo assim dar seguimento ao projecto e respectivas mobilidades.

A elaboração de tais relatórios é também necessário nos restantes projectos, no entanto a DRI só reporta os factos relacionados com a UC, visto que se trata de um Parceiro Institucional e não é a Coordenadora do projecto.

Dado o avanço tecnológico, as operações de troca de informações, contacto com estudantes e Universidades é feita, na grande parte dos casos, via e-mail. Salvo algumas excepções recorre-se ao fax e/ou ao telefone. Devido a este facto, os conhecimentos em Outlook (software utilizado) foram melhorando ao longo dos tempos. Trata-se de uma ferramenta bastante útil, visto que nos permite arquivar os e-mails recebidos por pastas, bem como automaticamente memorizar os endereços com os quais trocamos informações.

Fazendo referência a outras operações, que não incidem tanto, na gestão e coordenação dos projectos abordados anteriormente, a realização de ajustes directos simplificados, tornou-se também uma tarefa com a qual lido. Descodificando para uma linguagem mais operacional, trata-se de preencher um formulário no qual colocamos a informação acerca de uma operação de adjudicação que realizamos. Dou alguns exemplos: a aquisição de viagens no âmbito dos projectos em que a DRI labora; viagens ou deslocações a formações ou reuniões de algum ou alguns colaboradores da DRI; aquisição de serviços, tais como serviços de restauração para actividades promovidas pela DRI (como foi o caso do Curso de Verão), materiais necessários para o escritório, enfim, um vasto conjunto de operações/acções que implicam a adjudicação. Após o preenchimento do ajuste directo simplificado, anexamos à mensagem (via e-mail) que é dirigida ao Departamento de Compras da UC, o próprio ajuste directo, a proposta do fornecedor bem como o cabimento e compromisso respectivo, para que todo o processo de adjudicação cumpra as regras.

Durante os dias 18 de Julho e 28 de Julho de 2010 a DRI realizou um Curso de Verão, no qual participaram pessoas de todo o Mundo (Brasil, Itália, Portugal, Espanha, etc). Este Curso permitiu-me aperfeiçoar os conhecimentos no que respeita a este processo de adjudicação,

bem como melhorar as minhas competências e autonomia, visto que a D. Lucília estava ausente, pelo que estive a administrar a parte financeira sozinho. Não equivale isto por dizer que não tivesse tido o apoio das restantes pessoas da DRI que, de resto, sempre mostraram inteira disponibilidade para me ajudar no que fosse preciso. No final destas semanas (e mais em concreto com no decorrer do Curso) creio que o trabalho apresentado correspondeu às expectativas das pessoas que depositaram confiança em mim.

Terminado o “Curso de Verão – DRI” no qual me foquei, não descuidando outros assuntos, durante os dias 18 de Julho até 28 de Julho, foi altura de ultimar os “preparativos” para a recepção aos estudantes que iriam aparecer na última semana de Agosto para dar início à sua mobilidade (quer no Programa MONESIA quer no Programa BAPE quer no Programa EADIC).

De forma a que os estudantes recebessem a respectiva bolsa e reembolso das despesas de viagem em poucos dias após a sua chegada a um País “estranho”, ficou acordado que a primeira parcela das ajudas de custo iria ser paga por cheque. Deste modo o estudante, após deslocar-se à Loja do Cidadão para obter toda a documentação necessária para se encontrar, física e legalmente em Portugal, iria abrir conta num banco (requisito obrigatório neste tipo de Programas de estudo) depositando o cheque e ficando assim com o montante da bolsa que lhe era devido, disponível de imediato.

Todos os passos necessários (tarefas descritas no fluxograma 2) para que este processo se desenrolasse foram feitos com bastante tempo de antecedência, visto tratar-se de um processo moroso e deveras burocrático.

Houve alguns percalços, devido à desistência ou impossibilidade de alguns estudantes participarem no Programa, levando à entrada de novos, pelo que foi preciso reformular todos os passos de modo a que o processo pudesse seguir em frente.

Enquanto os Programas MONESIA, BAPE e EADIC se iniciavam, o Programa ISAC entrava no seu 2º ano pelo que era também necessário proceder aos respectivos pagamentos aos estudantes (que ainda estavam a efectuar o seu período de mobilidade) e verificar se os que entretanto terminaram a mobilidade tinham recebido a quantia que lhes era devida da bolsa e se todo o processo de encerramento da mobilidade corria dentro do previsto.

Ainda em relação ao ISAC foi necessário realizar um relatório anual que reflectisse toda a actividade decorrente do 1º ano do Programa e quais os recursos já consumidos referentes às diferentes rubricas de custos legíveis no Programa.

No caso dos outros dois Programas, foi apenas necessário realizar um breve apanhado sobre o desenrolar do projecto até à data, seguindo os “templates” fornecidos pelas Universidades Coordenadoras de cada um (Universidade de Granada para o programa MONESIA,

Universidade de Bologna para o programa EADIC e Universidade de Padova para o programa BAPE).

Com o aproximar do final do mês de Agosto, data prevista para a chegada dos estudantes dos diferentes Programas de Mobilidade, a DRI esteve com muita agitação. Os estudantes deslocavam-se à DRI para formalizarem o seu processo, tratando de assuntos como o comprovativo de chegada, entrega das despesas de viagem para que lhes seja posteriormente reembolsada a quantia gasta e assinatura de documentos obrigatórios (fornecidos pelas Universidades Coordenadoras).

O facto de lidar, ao mesmo tempo, com estudantes dos vários Programas dificulta um pouco o processo, visto que a documentação a entregar quer por parte do estudante quer por parte da DRI não é idêntica para todos os Programas. Isto porque os acordos celebrados com as diferentes Universidades Coordenadoras têm “cláusulas” diferentes. Mencionando as tarefas a executar pela DRI (dentro da área financeira) nos três Programas que se iniciaram:

- MONESIA – A UC é responsável pelo pagamento da bolsa de subsistência aos estudantes, bem como do reembolso das despesas de viagem (mediante a apresentação dos cartões de embarque e quaisquer recibos relativos a despesas de deslocação, comprovativos esses que têm de ser originais), contratualização do seguro e pagamento das propinas dos estudantes que efectuem a mobilidade por um período superior a dez meses;
- BAPE – A UC é também a responsável pelo pagamento das bolsas de subsistência e pagamento das propinas dos estudantes. No entanto, o seguro é efectuado pela Universidade Coordenadora que posteriormente envia a apólice ao estudante. No que se refere às despesas de viagem, a UC terá de reembolsar o estudante caso este pague a viagem pelos seus próprios meios e depois de apresentados os originais das respectivas despesas. Isto porque neste Programa de Mobilidade, há casos em que a Universidade Coordenadora compra as passagens aéreas aos estudantes, estando a UC “livre” de efectuar o reembolso das mesmas.
- EADIC – Além de responsável pelo pagamento das bolsas a UC é ainda responsável pelo pagamento das propinas. No caso do seguro e das despesas de viagem, a Universidade Coordenadora é a responsável por tais tarefas.

Esta diferença entre os Programas criou um pouco de confusão ao início, pois foram vários os estudantes que nos últimos dias de Agosto se deslocaram à DRI, cada um de um Programa diferente.

A par da recepção dos estudantes, estava incumbido de, com a D. Lucília e a Rita, realizar o Relatório Intercalar relativo ao Programa Erasmus Mundus – ISAC.

No entanto, e graças ao espírito de entreatajuda que existe no seio da DRI, tudo correu dentro do previsto, estando sempre as pessoas disponíveis para me ajudar no que quer que fosse.

Iniciado o período de mobilidade dos Programas, os procedimentos a seguir são idênticos aos do Programa ISAC, com a diferença que a UC entra no Projecto como Universidade Parceira enquanto no ISAC é a Universidade Coordenadora e responsável por todos os aspectos do Programa. Volto a referir que não obstante esta diferença, a DRI e a UC sempre deram o seu melhor para que os Programas decorressem conforme o inicialmente previsto.

V - ANÁLISE CRÍTICA/CONCLUSÃO

Como toda as novas experiências, os primeiros tempos não são fáceis. Não porque possamos não gostar ou por não estarmos preparados, mas o facto é que entramos numa nova realidade, num novo ambiente e modo de vida. A etapa inicial da minha experiência (estágio) não fugiu à regra. Apesar de bastante bem recebido e apoiado por todos os colegas de trabalho, o facto de não estar acostumado às tarefas que iria desempenhar e a falta de autonomia para as desempenhar levou a que os primeiros dias tenham sido menos bons. Não no aspecto de ambiente proporcionado pela DRI, mas sim pelo pensamento que ainda não podia ajudar os meus colegas da melhor forma.

No entanto poucos dias depois este pensamento esvaiu-se da minha cabeça e o crescente sentido de confiança e autonomia ajudaram-me a ultrapassar essa fase inicial.

O facto de já ter participado no Programa Erasmus como estudante de intercâmbio, motivou-me ainda mais para este primeiro contacto com o mercado de trabalho. Isto porque agora iria conhecer o lado de lá do “Erasmus”. Ia estagiar na Divisão que me proporcionou um dos melhores momentos como estudante e uma experiência que jamais esquecerei.

Estando agora do outro lado da experiência “Erasmus” (na DRI), cedo apercebi-me que, afinal, os Programas de Mobilidade não são assim tão fáceis de trabalhar, pois na óptica do estudante basta entregar a candidatura e dar todos os dados necessários para que tudo esteja resolvido e que possa ser efectuado o pagamento da bolsa (particularizando para o Programa Erasmus Europeu, também conhecido como Programa Sócrates).

No entanto, a realidade não é assim tão linear e por trás de toda a fachada do Programas está imenso trabalho, desde a candidatura (para que estes possam ser financiados) passando pela selecção dos candidatos e finalmente dar-se início à mobilidade. Entre todas estas fases há uma série de tarefas a serem desenvolvidas e que envolvem bastantes recursos humanos, não só da DRI, mas de toda a UC (desde a Administração até às Faculdades).

É necessária bastante coordenação entre as pessoas envolvidas nestes Projectos por forma a que tudo corra dentro do previsto e se cumpram os prazos das respectivas tarefas a realizar (quer por parte da DRI quer por parte dos estudantes). Para além disso, sentido de organização, planeamento, controlo e responsabilidade são características que devem fazer parte integrante da pessoa/instituição que está à frente de Projectos desta grandeza.

Todos os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico ajudaram-me a desempenhar as tarefas de que me encarregavam e todo o estágio foi um processo de aprendizagem continua.

Ao longo destes seis meses de estágio, as competências absorvidas e a experiência vivida foram bastante positivas. O primeiro contacto com o mundo do trabalho, enche-nos com novas perspectivas e confere-nos outro sentido de responsabilidade, orientação e experiência profissional.

As competências adquiridas, depois de desenvolvidas e efectuadas todas as tarefas a que me propus e que propuseram no início do estágio, passaram:

- Pela gestão financeira de projectos comunitários de cooperação internacional, dada as tarefas de planificação, orçamentação e controlo do pagamento de bolsas de mobilidade, despesas de viagem e de seguros de estudantes e staff, contacto com os parceiros em questões relacionadas com a gestão financeira dos projectos e apoio e execução de relatórios financeiros;
- Pela utilização da aplicação SAP, devido à necessidade de efectuar cabimento/compromisso quer em tarefas relacionadas com os estudantes (pagamento de bolsas, despesas de viagem e transferências para as Universidades Parceiras) quer em processos de adjudicação (mencionados no capítulo anterior);
- Pela gestão da qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008. Trata-se de uma norma internacional que estabelece requisitos para a gestão de um sistema de qualidade. A entidade que seja certificada por esta norma evidencia ter desenvolvido um sistema de gestão onde são controlados todos os seus processos, proporcionando um serviço cada vez melhor aos seus destinatário e utilizadores e trabalhando no sentido de aumentar continuamente o seu grau de satisfação.
- Diálogo multicultural, devido ao contacto com estudantes de diferentes línguas e culturas e também pelo contacto estabelecido com as Universidades Parceiras. As competências desenvolvidas neste campo (linguístico) traduziram-se no aperfeiçoamento do inglês e espanhol, sendo o espanhol a língua mais utilizada no contacto com os estudantes, isto porque a mobilidade efectuada para a UC era oriunda de países Sul Americanos (Peru, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguay, etc);
- Trabalho em equipas multidisciplinares, uma vez que as tarefas desenvolvidas eram “controladas” ou balizadas por requisitos estabelecidos entre Entidades, o que faz

com que todo o trabalho realizado fosse feito em equipa ou em prol de uma equipa de colaboradores.

Apesar de ter sido uma excelente experiência, não só pela competências e aptidões adquiridas mas também pelo ambiente proporcionado pela DRI e restante equipa com que trabalhei na UC, há também pontos menos bons a realçar.

Não obstante a responsabilidade e precisão inerente a cada processo, este por vezes desde o seu início até à sua conclusão era bastante moroso. Isto dada a carga de trabalhos bastante pesada da UC e tramites a serem seguidos para que tudo corresse dentro das normas previstas. Este facto levou a que alguns estudantes se queixassem à DRI acerca da demora da conclusão dos seus processos, apesar de a DRI fazer a parte que lhe competia no tempo previsto. Não querendo dirigir críticas a ninguém (mais uma vez, volto a referir que todas as pessoas com quem colaborem me ajudaram do início ao fim, quer na DRI quer nos Serviços Administrativos) penso que alguns processos poderiam levar menos tempo a serem tratados, o que levaria a uma maior harmonização dentro de todos os Serviços da UC. O facto de se tratar de uma Entidade já com notoriedade e prestígio a nível Nacional e Europeu, leva a que todos os processos sejam analisados cuidadosamente, o que por vezes abranda o andamento dos mesmos.

Apesar destes pequenos percalços, que na maior parte das vezes tinham origem na impaciência de alguns estudantes, o estágio no geral superou as minhas expectativas e fez-me conhecer melhor a Universidade que me formou e orgulhosamente representei.

Mais uma vez quero agradecer a todas as pessoas que me proporcionaram esta experiência e à UC por me permitir fazer parte da sua estrutura durante estes seis meses.

BIBLIOGRAFIA

Administração da Universidade de Coimbra, “Regulamento nº 423/2009”, publicado no Diário da República 2ª Série, nº 208 (2009)

A UC em números, 4ª Edição (2008)

BROUWER, Erik and KLEINKNECHT, Alfred, “Firm size, small business presence and sales of innovative products: A micro-econometric analysis”, Small Business Economics Vol. 8 (1996)

DAVID, Paul A.; HALL, Bronwyn H. and TOOLE, Andrew A., “Is Public R&D a Complement or Substitute for Private R&D? A Review of the Econometric Evidence”, Research Policy Journal (2005)

Jornal Oficial da União Europeia, “Decisão N.O 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho” (2006)

LADEIRO MONTEIRO, Ramiro, “A África na Política de Cooperação Europeia”, 2ª Edição (2001)

LOOF, Hans & ALMAS Heshmati, “The Impact of Public Funding on Private R&D investment. New Evidence from a Firm Level Innovation Study: Additionality or Crowding Out? On the effectiveness of R&D subsidies”, CESIS working paper (2005),

MANUELA AFONSO, Maria, “Cooperação para o desenvolvimento: características, evolução e perspectivas futuras”, CIDAC, Nortisul investigação e pesquisa (1995)

MENDE, Tibor, “De l'aide à la recolonisation: les leçons d'un échec”, Tiers-Monde Journal (1972)

POLT, Wolfgang; NICK, Vonortas and ROBBERT, Fisher, “Innovation Impact of FP5 and FP6”, Final Report to DG Enterprise of the European Commission (2007)

WALLSTEN, Scott J., “*The Effects of Government-Industry R&D Programs on Private R&D: The Case of the Small Business Innovation Research Program*”, The RAND Journal of Economics, Vol. 31 (2000)

INTERNET

http://cordis.europa.eu/fp7/home_en.html

<http://www.uc.pt/cmpg>

<http://www.uc.pt/en/driic>

<http://www.uc.pt/driic/missao>

http://ec.europa.eu/index_pt.htm

http://ec.europa.eu/research/leaflets/fp7/images/graph1_pt.gif

http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/science_and_tech/images/CustosFP7.jpg

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do orçamento do Programa-Quadro de Investigação15

Figura 2 – Orçamento para cada Programa Especifico do 7º PQ17

FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Fluxograma Geral do Projecto38

Fluxograma 2 – Fluxograma de Tarefas Realizadas43

ANEXOS

ANEXO 2 - Cabimento

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
 Rua da Ilha - Palácio dos Grilos
 3000-214 - COIMBRA
 NIF: PT501617582

Im F03-469 ORÇAMENTO DE 2010 N° CABIMENTO: 5310003583

Data: 28.06.2010
 Doc. Origem : DRI/99-610
 Descrição: ERASMUS MUNDUS - ISAC - PAGAMENTO DE BOLSAS

Organica: 01.21.06.14 Programas de Mobilidade
 Economica: 04.08.02.B0 Outras
 F.F/Projecto: 300477 03/02/274 Specific Grant Agreement
 Funcional:
 N° Doc.FI: 400010017

N° Reserva:
 Saldo Reserva:
 Responsável F. Permanente / Maneio:

Orçamento inicial:	0,00
Reforços/Anulações:	653.348,36
Orçamento corrigido:	653.348,36
Despesas pagas:	15.121,63
Encargos assumidos:	0,00
Saldo disponível:	638.226,73
Despesa emergente:	6.000,00
Saldo residual:	632.226,73

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito	Exigido	<input type="checkbox"/>	Não Exigido	<input type="checkbox"/>
Visto Tribunal de Contas	Exigido	<input type="checkbox"/>	Não Exigido	<input type="checkbox"/>
Comunicação Adicional T.C.	Exigido	<input type="checkbox"/>	Não Exigido	<input type="checkbox"/>

18:00:25	LFERREIRA	Visto	<i>Leoni</i> 28/06/2010
----------	-----------	-------	----------------------------

PROCESSADO POR COMPUTADOR

ANEXO 4 – Knowledge Tree

The screenshot shows a Microsoft Excel spreadsheet titled "Diversos_DRIC_saidas [Só de leitura] [Modo de Compatibilidade] - Microsoft Excel". The spreadsheet contains a table with the following data:

Nº documento	Data	Colaborador	Assunto	Arquivo	Observações	Nome
Nº de documentos saídos: 875						Ana Catarina
99-01	05-01-10	Cláudia	Administradora-Envio fact. Cont nos. 8979 e 8980 da Logdoc	Despesas correntes DRI		Ana Isabel
99-02	05-01-10	Cláudia	Administradora-Extracto conta da Eurofactor	Despesas correntes DRI		Ana Luisa
99-03	05-01-10	Cláudia	Administradora-Envio recibo 20.091.855 da Logdoc	Despesas correntes DRI		Ana Vale-do-Rio
99-04	05-01-10	Cláudia	Drª Alzira Vas-Envio recibos ADSE	ADSE		Cláudia
99-05	05-01-10	Rita	Resposta ao pedido de informação da Warsaw School	Correspondência univ. parceiras		Filomena
99-06	05-01-10	Rita	Resposta ao pedido de informação de Ester Melo -	Pasta Monesia		Inês
99-07	05-01-10	Rita	Resposta ao pedido de informação de Sandro Barradas	Correspondência - diversos		Joana
99-08	05-01-10	Inês	Edison Spina-FUSP: network	Vertebral:ue: correspondência externa		Lucilla
99-09	05-01-10	Ana Vale-do-Rio	Qualidade: pedido de alteração de impressos PQ001 e PQ002	Pessoal		Regina

ANEXO 5 – Programa SAP

